



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**



**ANTÔNIO JERÔNIMO DE SOUSA ALVES**

**e-SOCIAL: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS CONTADORES DA PARAÍBA**

**SOUSA  
2015**

**ANTÔNIO JERÔNIMO DE SOUSA ALVES**

**e-SOCIAL: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS CONTADORES DA PARAÍBA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Professora Msc. Ana Flávia Albuquerque Ventura

Co-orientador: Professor Dr. Allan Sarmiento Vieira

**SOUSA**

**2015**

## Ficha Catalográfica

ALVES, Antônio Jerônimo de Sousa

e-Social: uma análise da percepção dos Contadores da Paraíba / Antônio Jerônimo de Sousa Alves. – Sousa: UFCG, 2015, paginas...

Monografia do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Msc. Ana Flávia Albuquerque Ventura

1. Contabilidade; 2. Responsabilidade Profissional do Contador; 3. Obrigação Acessória; 4. SPED; 5. e-Social. I – Título

## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu abaixo assinado, assumo a total responsabilidade de autoria de conteúdo do referido trabalho intitulado, **e-SOCIAL: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS CONTADORES DA PARAÍBA**, trabalho este que foi pré-requisito de conclusão do curso em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Campina Grande. Portanto, ficam a instituição, a orientadora e os demais professores membros da banca examinadora imunes de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa – PB, 02 de Março de 2015

Antônio Jerônimo de Sousa Alves

Orientando

## **ANTÔNIO JERÔNIMO DE SOUSA ALVES**

### **e-SOCIAL: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS CONTADORES DA PARAÍBA**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, obtendo a nota média de \_\_\_\_\_, atribuída pela banca constituída pela orientadora e membros mencionados.

---

Professora Esp. Gianinni Martins Pereira Cirne  
Coordenadora de Graduação do Curso de Ciências Contábeis – UFCG

#### **BANCA EXAMINADORA:**

---

Orientadora: Professora Msc. Ana Flávia Albuquerque Ventura  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

---

Membro: Professor Esp. Raul Ventura Júnior  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

---

Membro: Professor Francisco Daênio Casimiro de Oliveira  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Aos meus pais, Jerônimo Alves e Maria Francisca de Sousa Alves por toda dedicação, carinho, amor e, sobretudo por serem os melhores pais deste mundo.

Aos irmãos e irmãs, Francisca, Maria José, Aparecida, José e Rozilma, que me ajudaram muito nesta caminhada, estando sempre ao lado mesmo que distante.

Dedico

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus pelo dom da vida e por ter me concedido forças, fé e perseverança para enfrentar os obstáculos e desafios durante a realização deste trabalho.

Aos meus pais, Jerônimo Alves e Maria Francisca de Sousa Alves, pela educação e valores ensinados, conselhos que tanto ajudaram na concretização deste sonho que se torna realidade. Vocês são o meu porto seguro, sempre me ensinaram que a caminhada da vida é árdua, mas vale apenas viver dignamente e dar sempre o melhor de mim em prol de meus ideais.

Aos irmãos, José, Maria Aparecida, Maria José, Rozilma, Francisca por todo apoio, companheirismo e confiança depositados em minha pessoa, por acreditarem nesta vitória.

A todos da minha família, avô, tios, primos, por toda força e energia positiva lançada na concretização desta etapa em minha vida.

A minha orientadora Ana Flávia, pela orientação, paciência, presteza, dedicação e aprendizado que me proporcionou e muito contribuiu na realização deste trabalho. Por toda a contribuição em minha jornada acadêmica, muito obrigado.

Ao meu co-orientador Allan Sarmiento, pelas sugestões e colaboração neste trabalho e mais, como também por vossa contribuição em minha jornada acadêmica, por todo conhecimento transferido e compartilhado que contribuiu com minha formação acadêmica, muito obrigado.

A todos os professores e professoras do curso de Ciências Contábeis, em especial aqueles que em sala de aula, compartilharam seus conhecimentos e contribuíram em minha jornada acadêmica.

A todos profissionais da UFCG – Campus de Sousa que de alguma forma contribuíram em minha caminhada universitária.

A todos os Contadores e Contadoras que tiraram um pouco de seu tempo e contribuíram com este trabalho, respondendo o questionário de pesquisa.

Ao Conselho Regional de Contabilidade pelo apoio e envio de minha pesquisa aos contadores.

Aos amigos e amigas que auxiliaram na divulgação desta pesquisa em todo o Estado da Paraíba.

Aos todos os amigos do curso de Ciências Contábeis turma 2009.2, pelo companheirismo, descontração e por terem me ajudado a trilhar os caminhos desta longa jornada.

Aos amigos e amigas das residências universitárias por todo apoio, companheirismo, momentos de descontração. Saibam que se precisarem podem contar sempre com o apoio do amigo. Obrigado por tudo que têm me proporcionado durante esta minha estada entre vocês, foram momentos fraternos que guardarei para sempre comigo.

A todos os amigos que caminharam comigo durante esta jornada e de outros cursos a que tenho feito.

“Unir-se é um bom começo, manter a união é um progresso e trabalhar em conjunto é a vitória.”

(Henry Ford)

## Resumo

O e-Social é um projeto que faz parte do SPED, desenvolvido por vários Órgãos do Governo Federal. Trata-se de uma nova obrigação acessória que está prevista para ser implantada nas empresas ainda no ano de 2015. Visa simplificar o número das obrigações das empresas, assegurar os direitos dos trabalhadores e garantir que as informações prestadas pelas empresas seja de boa qualidade. O objetivo deste estudo é analisar a percepção dos contadores do Estado da Paraíba com relação à implantação do Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social). A metodologia da pesquisa destaca que o estudo deve ser considerado como uma pesquisa quali-quantitativa, documental, bibliográfica e de estudo de campo, além de caracterizar-se como uma pesquisa descritiva, explicativa e exploratória, teve como método de estudo, o indutivo. A pesquisa foi realizada junto aos Contadores do Estado da Paraíba, que trabalham em um escritório de Contabilidade, fez-se uso de um questionário estruturado para a coleta de dados. Como resultado verificou-se que as principais dificuldades enfrentadas pelas empresas contábeis são: sensibilizar os gestores e empresários, adequar os procedimentos e processos internos, cumprir com os prazos e adequar o sistema da organização e entender o leiaute dos arquivos. Verificou-se ainda que, os profissionais têm se interessado pelo tema e buscado informações e conhecimentos, mas as mudanças no cronograma de implantação e a demora quanto a publicação do Manual de Orientação do e-Social versão 2.0, tem levado a maioria dos profissionais a estarem indiferentes quanto ao registro da maioria eventos do e-Social.

**Palavras Chaves:** Contabilidade. Responsabilidade Profissional do Contador. Obrigação Acessória. SPED. e-Social

## Abstract

The e-Social is a project that is part of the SPED, developed by various departments of the Federal Government. It is a new accessory obligation that is expected to be deployed in companies still in the year 2015 is aimed at simplifying the number of corporate obligations, ensure workers' rights and ensure that the information provided by companies is of good quality. The objective of this study is to analyze the perception of the state of Paraíba counters regarding the implementation of the Digital Tax Bookkeeping System for Tax Management, Social Security and Labor (e-Social). The research methodology emphasizes that the study should be considered as a qualitative and quantitative research, documentary, bibliographical and field of study, and is characterized as a descriptive, explanatory and exploratory research was to study method, the inductive. The research was conducted with the State of Paraíba Accountants, working in an accounting office, was made using a structured questionnaire to collect data. As a result it was found that the main difficulties faced by the accounting firms are: raise awareness among managers and entrepreneurs, adjust internal procedures and processes, meet the deadlines and adapt the system of organization and understand the layout of the files. It was also found that professionals have been interested in the topic and sought information and knowledge, but changes in the implementation schedule and the delay of publication of the Guidance Manual and-Social version 2.0, has led most professionals are indifferent to the record of most events of e-Social.

**Key Words:** Accounting. Responsibility Accountant Professional. Accessory obligation. SPED. e-Social

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero dos Respondentes.....	40
Gráfico 2 - Idade dos Respondentes.....	41
Gráfico 3 - Nível de Formação .....	41
Gráfico 4 - Tipo de Empresa Contábil .....	42
Gráfico 5 - Tempo de Atuação .....	42
Gráfico 6 - Local da Empresa .....	43
Gráfico 7 - Número de funcionários .....	43
Gráfico 8 - Número de Clientes.....	44
Gráfico 9 - Conhece o e-Social .....	45
Gráfico 10 - Como Ficou Sabendo do e-Social .....	45
Gráfico 11 - Quais Meios Utiliza Para Obter Informações Sobre e-Social .....	46
Gráfico 12 - Quando Tomou Conhecimento Sobre o e-Social Pela Primeira Vez .....	47
Gráfico 13 - Participação em Eventos sobre o e-Social .....	47
Gráfico 14 - Maior Beneficiado com a Implantação do e-Social .....	48
Gráfico 15 - Entidades que promoveram os Eventos que Você Participou Sobre e-Social ..	48
Gráfico 16- Maiores dificuldades para adequação ao e-Social por parte das organizações .	49
Gráfico 17 – Reunião com as empresas para prestação de serviços de assessoria .....	50

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais obrigações tributárias, contábeis e fiscais no Brasil .....	30
Quadro 2- Resumo dos Dados da Questão 16 .....	49
Quadro 3 - Resumo dos dados da questão 19.....	50
Quadro 4 - Resumo dos dados da questão 20.....	51

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASF - Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho

CC – Código Civil

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CRC - Conselho Regional de Contabilidade

CTN - Código Tributário Nacional

DBE/BACEN - Declaração de bens e direitos no exterior

DIRF – Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

ECD - Escrituração Contábil Digital

EFD - Escrituração Fiscal Digital

EFD-Contribuições – Escrituração Fiscal Digital das Contribuições

ENAT – Encontro Nacional de Autoridades Tributárias

e-SOCIAL - Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e  
Trabalhistas

CONT – Controle Fiscal Contábil de Transição

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

GPS – Guia de Previdência Social

GRFC – Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS e da Contribuição Social

IASB – International Accounting Standards Board

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

NF-e - Nota Fiscal eletrônica

NFS-e – Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIS - Programa de Integração Social

PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RFB – Receita Federal do Brasil

SEFIP/GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social

SINIEF – Sistema Integrado de Informações Econômico Fiscais

SPED - Sistema Público de Escrituração Digital

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	16
1.1 Contextualização do Tema e Problemática.....	16
1.2 Objetivos .....	18
1.2.1 Objetivo Geral .....	18
1.2.2 Objetivos Específicos.....	18
1.3 Justificativa .....	19
1.4 Metodologia.....	21
1.4.1 Abordagem da pesquisa.....	21
1.4.2 Quanto aos objetivos.....	21
1.4.3 Quanto aos procedimentos.....	22
1.4.4 Quanto ao Método.....	22
1.4.5 Coleta de Dados.....	22
1.4.6 Universo da pesquisa .....	23
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	25
2.1 Contabilidade e Informação.....	25
2.1.1 Responsabilidades do Profissional Contábil .....	26
2.1.2 Obrigação Tributária .....	28
2.2 Sistema Público de Escrituração Digital.....	31
2.2.2 O e-Social .....	34
2.2.3 O e-Social para o Empregado Doméstico .....	38
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS .....	40

3.1 Perfil dos Respondentes.....	40
Questão 1 Gênero.....	40
Questão 2 Idade.....	41
Questão 3 Formação Acadêmica .....	41
Questão 4 Tipo de empresa contábil.....	42
Questão 5 Tempo de atuação profissional. ....	42
Questão 6 Localização da Empresa no Estado .....	43
Questão 7 Número de funcionários que trabalham na Organização.....	43
Questão 8 Número de Clientes por empresas participantes.....	44
3.2 Da percepção do e-Social pelos Profissionais da Contabilidade.....	44
Questão 9 Conhece o e-Social.....	44
Questão 10 Como ficou sabendo do e-Social.....	45
Questão 11 Meios que utilizam para obter informações sobre o e-Social.....	45
Questão 12 Quando você tomou conhecimento do e-Social pela primeira vez? .....	46
Questão 13 Da participação em eventos sobre o e-Social .....	47
Questão 14 Quem será Mais beneficiado com a implantação do e-Social? .....	47
Questão 15 Entidades que promoveram eventos no Estado sobre o e-Social.....	48
Questão 16 Com as informações que você tem até agora sobre o e-Social o profissional sente-se preparado para realizar as atividades listadas no quadro 2. ....	48
Questão 17 Maiores dificuldades encontradas para adequação ao e-Social.....	49
Questão 18 Neste quesito foi perguntou ao respondente se reunido as empresas para prestar alguma assessoria para tratar sobre do e-Social.....	50
Questão 19 Se respondeu não, qual das alternativas justifica sua resposta.....	50

Questão 20 Nesta questão foi solicitado ao respondente que avalie os eventos apresentados na questão e enumere-os conforme o grau de dificuldade encontrado ao serem registrados no e-Social.....	51
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS .....	55
APÊNDICES.....	58
APÊNDICE – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	58
ANEXOS.....	65

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização do Tema e Problemática

O e-Social faz parte do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). É um projeto resultante do esforço consorciado de vários órgãos do Governo Federal, quais sejam: o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Previdência Social, o Instituto Nacional do Seguro Social, a Receita Federal do Brasil e a Caixa Econômica Federal. O SPED e demais projetos que o compõem surgiram da necessidade vivenciada com o desenvolvimento tecnológico das últimas décadas que provocou mudanças econômicas e sociais em todo o mundo, favorecendo o desenvolvimento das empresas e a abertura do mercado entre as nações. Com estes avanços, veio a dificuldade de controle e necessidade de um processo mais ágil na fiscalização das informações contábeis e fiscais das empresas por parte do governo.

Os sistemas de informações computacionais também evoluíram e acabaram favorecendo a criação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). De acordo com o art. 2º do Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007, o governo instituiu este sistema de escrituração com a finalidade de unificação das atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação dos livros e documentos contábeis e fiscais dos empresários e pessoas jurídicas, até mesmo as imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

Conforme Lizote e Mariot (2012), o SPED é um projeto do Governo Federal, desenvolvido em conjunto com os Governos dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. A implantação deste sistema proporcionou maior controle e mais agilidade na fiscalização das empresas, contribuindo, desta forma, para a redução da sonegação fiscal e ainda, promoveu a uniformidade e racionalização no cumprimento de diversas obrigações acessórias das empresas exigidas pelo fisco.

Com este novo mecanismo, a escrituração das obrigações acessórias que antes eram entregues em papel, passou a ser declarada por meio de arquivo digital, um modelo mais prático e seguro, esta nova ferramenta veio facilitar a vida dos contadores e, de certa forma, valorizou seu trabalho, pois estes profissionais passaram a dispor de uma ferramenta eficaz,

que muito contribui na produção de informações contábeis e fiscais com mais qualidade e que melhor atendam às necessidades das empresas e de seus gestores.

Com a implantação do SPED, as informações contábeis passaram a serem prestadas ao fisco e aos demais órgãos do governo via arquivo digital, a partir daí fez-se necessário que os profissionais contábeis obtivessem um registro de certificação digital, isto é, uma chave que garante uma maior veracidade às informações alimentadas nos sistemas do governo.

Ao longo dos anos vários projetos ligados ao SPED têm sido desenvolvidos pelos órgãos do governo visando uma maior transparência, controle, fiscalização e principalmente a redução da sonegação fiscal de tributos. Quais sejam: Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD), Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT), Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), Escrituração Fiscal Digital das Contribuições (EFD-Contribuições) e o Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social).

Neste estudo será dado maior ênfase ao Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social), o mais novo projeto criado pelo governo, que envolve empregados, empregadores, contratantes, contratados, e suas relações com o governo e tem como finalidade a unificação das informações fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

O e-Social foi criado com a finalidade de substituição das diversas obrigações acessórias por uma única, isto é, com a implantação deste projeto, os empregadores passarão a prestar as informações de suas empresas uma única vez e para um único canal, o ambiente Nacional do e-Social, ambiente público e seguro, no qual ficarão guardadas as informações prestadas, e é o local que os órgãos do governo consorciados a este projeto terão acesso às informações de que necessitem na realização de seus trabalhos, ou seja, cada órgão terá acesso às informações que fazem parte de suas competências e atribuições (Informação verbal)<sup>1</sup>.

A implantação deste tipo de escrituração passou a ser obrigatório a partir da regulamentação da Emenda Constitucional nº 72/2013 a todas as empresas brasileiras, sejam elas de grande, médio ou pequeno porte, microempresas e também será obrigatória para as pessoas físicas equiparadas a pessoas jurídicas.

---

<sup>1</sup> Informação fornecida por José Alberto Maia em palestra sobre o e-Social na Confederação Nacional da Indústria, em São Paulo, outubro de 2013

Com a implantação de um novo projeto, normalmente surgem diversas discussões. Com o e-Social não tem sido diferente, à falta de conhecimento mais aprofundado sobre o tema em estudo, tem gerado discussões e muitas dúvidas entre empresários e especialistas sobre o impacto deste projeto para as empresas e os empregadores domésticos.

Buscando sanar dúvidas e responder aos questionamentos sobre os impactos que terão as empresas com a implantação da nova escrituração, entidades brasileiras têm promovido palestras sobre o tema, tais como, os conselhos regionais de contabilidade, federação da indústria de São Paulo, entre outras, com a finalidade de mostrar a relevância deste projeto para as empresas, a sociedade e o Estado Brasileiro.

Com base no exposto e considerando a importância do conhecimento do novo sistema de escrituração para os profissionais da classe contábil, surge o seguinte questionamento: **Qual a percepção dos contadores do Estado da Paraíba com relação à implantação do sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social?**

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Analisar a percepção dos contadores do Estado da Paraíba com relação à implantação do sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - e-Social.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- Identificar as possíveis dificuldades encontradas para a implantação do e-Social pelas empresas paraibanas na ótica dos contadores;

- Identificar quais meios têm recorrido os contadores do Estado da Paraíba a fim de que tenham conhecimentos suficientes para compreensão das particularidades do novo sistema de escrituração;
- Verificar que tipo de suporte tem sido oferecido às empresas, por parte dos contadores, na adequação ao novo sistema.

### **1.3 Justificativa**

O tema escolhido trata-se de um novo projeto do Governo Federal, desenvolvido em conjunto pelos órgãos federais, antes de ser implantado, o qual tem passado por várias mudanças em seu cronograma para que as empresas se adaptem a este sistema de escrituração.

Na presente pesquisa trabalha-se um tema relevante para a ciência contábil, trata-se de um tema exploratório, que faz-se necessário que todo contador conheça-o bem para melhor desempenho de suas funções, pois trata-se do estudo “da maior obrigação acessória” das empresas e procura-se nesta verificar a percepção dos profissionais da contabilidade e analisar que tipo de conhecimento têm sobre esta nova escrituração.

O e-Social trata-se de um projeto que tem a finalidade de assegurar os direitos dos trabalhadores, bem como facilitar o trabalho dos gestores e administradores, uma vez que, com sua implantação, as informações das pessoas jurídicas antes enviadas a cada órgão do governo para atendimento das obrigações acessórias, serão enviadas uma única vez e para um único canal, o ambiente nacional do e-Social, público e seguro. Estas informações ficam disponíveis aos órgãos na medida de suas competências e atribuições. O Estado também vai beneficiar-se com melhoria do nível da qualidade das informações prestadas pelos empregadores, dando mais segurança para a tomada de decisões dos órgãos e dificultando as fraudes e as sonegações na arrecadação.

O foco desta pesquisa está atrelado na busca do nível de conhecimento dos contadores do Estado da Paraíba com relação à implantação do sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas e como estes profissionais têm buscado o conhecimento suficiente para dirimir as dúvidas e responder aos questionamentos dos gestores de empresas a que prestam seus serviços.

O referido trabalho trata-se de um novo tema de estudo, o qual ainda vem gerando muitas discussões até mesmo entre os especialistas da área contábil, no entanto, faz-se necessário que estes profissionais e demais outros interessados no assunto aprofundem os estudos, tendo em vista a obrigatoriedade desta escrituração pelas empresas brasileiras, pois se vê que é uma obrigação que requer informações não somente fiscais, mas também de outros setores da empresa.

Esta pesquisa pode ser comparada a outros autores, a exemplo da pesquisa de Silva Filho *et al.* (2012), que pesquisou a percepção dos contadores municipais do Estado da Paraíba sobre a implantação do subsistema de custos com a convergência contábil no setor público. Para o alcance do objetivo da pesquisa utilizou-se da técnica do questionário estruturado para a coleta de informações e aplicada estatística descritiva por meio de tabelas e gráficos. Foi coletada uma amostra de 15 (quinze) questionários, representando uma totalidade de 101 (cento e um) Prefeituras Municipais pesquisadas. Os resultados da pesquisa apontou que a percepção dos contadores das prefeituras municipais é preocupante quanto à importância/utilidade da implantação de um Subsistema de Custos, indicando que tal implementação não será fácil, tanto para os contadores, quanto para os órgãos regulamentares, o que serve de alerta para ambas as partes.

Este estudo também pode ser comparado com a pesquisa de Duarte (2014), que pesquisou a percepção dos profissionais da contabilidade com relação aos desafios e oportunidades decorrentes do e-Social, bem como avaliou a condução do projeto por parte das autoridades. Para o alcance do objetivo foi utilizado um formulário eletrônico, da ferramenta *Survey Monkey*, com 25 questões de múltipla escolha e de um espaço para registro livre de opiniões. Os resultados da pesquisa indicaram que cerca de 80% dos profissionais já havia tido contato com o e-Social, a época da pesquisa, mas o nível de compreensão dos impactos desse novo sistema nos procedimentos estava muito baixo.

Diante de exposto, verifica-se que as pesquisas acima citadas são comparáveis a este estudo, estão relacionados a mudanças nos sistemas, o que requer adaptações dos profissionais contábeis e gestores, diante os desafios, discussões e dúvidas a serem enfrentados quanto a implantação destes sistemas e seus impactos nas instituições e empresas.

## **1.4 Metodologia**

Conforme Gonçalves (2011) a metodologia, no sentido etimológico, significa o estudo dos caminhos a serem trilhados pelo pesquisador para obter sucesso em sua pesquisa, inclui nestes os procedimentos escolhidos.

### **1.4.1 Abordagem da pesquisa**

Quanto a abordagem da natureza dos dados, esta pesquisa classifica-se como sendo do tipo quali-quantitativa. De acordo com Richardson (2012) o método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação na coleta de informações e no tratamento dessas informações por meio de técnicas estatísticas. Enquanto a pesquisa qualitativa há uma tentativa de se compreender os detalhes dos significados e características de situações apresentadas pelos respondentes. Onde esta pesquisa evidencia detectar traços interpretativos.

### **1.4.2 Quanto aos objetivos**

A presente pesquisa é classificada como descritiva, pois expõe as características do objeto de estudo e do público alvo pesquisado. Conforme Gonçalves (2011), este tipo de pesquisa não interessa no porquê, nas fontes do fenômeno, mas em apresentar suas características.

Trata-se também de uma pesquisa exploratória, por trata de um tema pouco explorado na literatura, dispondo de poucas pesquisas e materiais relacionados a este conteúdo. É uma pesquisa que oferece uma visão geral do conteúdo abordado e que serve como suporte para a realização de futuros estudos mais aprofundado (GONÇALVES, 2011).

### **1.4.3 Quanto aos procedimentos**

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, a pesquisa utilizou um estudo de campo do tipo levantamento, sendo aplicado um questionário junto aos Contadores do Estado da Paraíba. Para Gil (2008, p.55), as pesquisas do tipo levantamento “caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”.

Quanto às fontes de informação, esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa do tipo documental e bibliográfica. De acordo com Gil (2008) a diferença entre estes dois tipos de pesquisas está relacionada às fontes de pesquisa, sendo estas classificadas em fontes primárias ou documental e fontes secundárias ou bibliográfica. É uma pesquisa documental, pois foi utilizado no desenvolvimento deste estudo de fontes primárias como documentos Oficiais, Leis, Decretos, palestra. Alguns recursos bibliotecários também foram utilizados neste estudo, como livros, artigos científicos e teses de mestrado, o uso destes materiais, caracteriza a pesquisa como sendo também uma pesquisa bibliográfica.

### **1.4.4 Quanto ao Método**

Nesta pesquisa foi utilizado como método de estudo o indutivo, no qual fez-se uso de uma amostra coletada, sendo analisada e o resultado é generalizado a todo o público alvo da pesquisa. Conforme Richardson (2012), o método indutivo é um processo em que o pesquisador, partindo de dados ou observações particulares constatadas, generaliza-os para chegar a proposições gerais.

### **1.4.5 Coleta de Dados**

Para que se atinjam os objetivos deste trabalho, foi usado como instrumento de pesquisa para a coleta de dados, o questionário, elaborado na ferramenta do *Google Docs* e encaminhado aos Contadores por meio de e-mail. A divulgação desta contou com a

colaboração de amigos que, através da lista de contatos com os profissionais ou das redes sociais, facilitaram a chegada do presente instrumento a parte do público alvo.

Muitas dificuldades foram encontradas na aplicação do questionário, pois a grande maioria dos escritórios não disponibiliza em seus contatos nenhum endereço eletrônico, sendo que para enviar o questionário de pesquisa a estes profissionais se fez necessário contar com o apoio do CRC-PB, na divulgação do formulário de pesquisa. Nas cidades de Sousa e Cajazeiras, o referido questionário foi aplicado também nos escritórios de contabilidade, através do uso de material impresso.

A coleta dos dados foi realizada entre os dias 27 (vinte e sete) de janeiro a 27(vinte e sete) de fevereiro de 2015, mediante a disponibilização de questionário na internet, através da Ferramenta do Google Docs (2015).

O questionário desta pesquisa foi estruturado com base nos objetivos propostos, sendo composto por 20 questões, sendo que as primeiras 8 questões trata-se do perfil dos respondentes, enquanto que as demais, trata-se da percepção do e-Social pelos Profissionais da Contabilidade.

Na formulação do questionário desta pesquisa foi utilizado algumas questões do trabalho de Duarte, intitulado como e-Social nas companhias contábeis: análise dos impactos do e-Social nas organizações contábeis, foram feitas adaptações nas questões utilizadas por esta pesquisa.

#### **1.4.6 Universo da pesquisa**

O universo da pesquisa envolve todos os contadores do Estado da Paraíba que desenvolvem suas atividades em um escritório de Contabilidade.

Conforme o Conselho Federal de Contabilidade, o Estado da Paraíba tem atualmente 4.050 (quatro mil e cinquenta contadores Ativos. Não obtive dados concretos a respeito de quantos destes profissionais estão atuando na área, desenvolvendo atividades contábeis em um Escritório de contabilidade no Estado. Dessa forma, não foi possível quantificar a população de profissionais contadores que trabalham nos escritórios de contabilidade no Estado da Paraíba.

A mostra coletada junto aos Contadores que trabalham em escritórios de contabilidade foi de 29 questionários respondidos, totalizando cerca de 0,71% do universo. Os dados coletados foram agrupados por meio de gráficos e quadros, visando uma melhor visualização, compreensão e interpretação dos dados, de modo, a facilitar a transformação destes em informações.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Contabilidade e Informação

A Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro dos atos e fatos de um patrimônio administrado, sem dúvidas é uma ferramenta essencial no gerenciamento da evolução das riquezas de uma entidade, sendo muito útil, principalmente, quando a empresa vai fazer a prestação de contas entre os sócios e demais usuários que têm interesses na Companhia, com destaque para o governo, este representado pelo Fisco que necessita das informações contábeis para apurar a arrecadação dos tributos de uma nação ou região (OLIVEIRA, 2009).

Conforme Ludícibus, Martins e Gelbcke (2006), a Contabilidade, vista de forma objetiva, trata-se de um sistema de informação e avaliação, por meio do qual os usuários são instruídos pelas informações geradas pelas demonstrações e análises contábeis para que possam decidir pelo aumento dos investimentos na empresa, pela manutenção dos recursos já existentes ou ainda pela retirada do capital investido, desfazendo de seus direitos junto à organização. As informações contábeis dão suporte aos investidores e credores a fim de que estes conheçam melhor a saúde econômico-financeira da empresa e tomem decisões quanto aos investimentos ou financiamentos que pretendam realizar.

Até poucos anos atrás, a Contabilidade brasileira, antes da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), era vista apenas como um sistema de informações que servia principalmente ao Fisco, pois as empresas faziam uso desta ferramenta apenas para cumprimento da obrigatoriedade de apurar e recolher seus tributos ao Estado. Com as mudanças promovidas nos últimos anos, a Contabilidade ganhou papéis de maior importância no mundo empresarial, dada a relevância de suas demonstrações no auxílio de tomada de decisões pelas empresas.

A Contabilidade passa ser vista também como um instrumento gerencial, fornecendo os demonstrativos com informações relevantes para a tomada de decisões pelos gestores das empresas, seus acionistas, investidores e todos os demais *stakeholders* sobre seus investimentos.

Conforme Oliveira *et al* (2009), o contador no exercício de suas funções têm por obrigação seguir as normas e os princípios de contabilidade, como também à legislação tributária, pois são requisitos essenciais a serem observados por ele na realização de suas atividades, sendo úteis na correta apuração, registro, divulgação e arrecadação dos diversos tributos que incidem sobre as empresas, em especial quando estas obtiverem renda ou lucro no período. Para tanto, o profissional contábil deve conhecer a legislação tributária apresentada no Código Tributário Nacional (CTN).

Conforme o CTN art.96 define que a expressão legislação tributária abrange as leis, os tratados e as convenções internacionais que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

### **2.1.1 Responsabilidades do Profissional Contábil**

A Era do Conhecimento muito favoreceu a gestão dos negócios, veio acompanhada das inovações tecnológicas e das mudanças aceleradas no mundo globalizado, esta requer o desenvolvimento de sistemas capaz de fornecer informações em tempo real. O Contador exerce o papel de protagonista, pois é responsável pela mediação das informações entre o fisco e o contribuinte, além de estar continuamente gerando informações para a empresa.

A profissão contábil está regulamentada pelo Decreto-Lei nº 9295/46 com alterações recentes inclusas na Lei 12.249/10. São duas categorias profissionais registradas no Conselho Regional de Contabilidade: o Técnico em Contabilidade, detentor do curso secundário e o Contador, detentor do Bacharelado em Ciências Contábeis.

As características que devem ser exigidas de um Profissional Contábil, quanto as suas habilidades e que pode torná-lo mais eficiente e eficaz no desempenho de suas atividades, e interferindo diretamente no sucesso das empresas em que atuam, são:

A regularidade: O profissional Contábil deve estar regularmente habilitado e em dia com a CRC (Conselho Regional de Contabilidade); A certidão emitida pela entidade CRC comprovará que o profissional está regularizado e está apto a exercer a profissão.

A idoneidade: O profissional deve ter uma conduta ilibada, sem processos e/ou condenações judiciais onde esteja evidente a culpa do profissional. Para tanto se aconselha

extrair certidões negativas de idoneidade, indicações de outros profissionais e pessoas de confiança quanto a existência de processo no CRC.

Especialização: O profissional deve ser especializado na área em que desempenha o seu trabalho. Quanto mais especializado o profissional, melhor será a sua atuação.

Confiabilidade: O profissional deve ter a plena confiança daquele que o contrata, pois terá acesso a toda informação fiscal da empresa que representará.

Referências: O profissional deve ter boas referências junto aos demais profissionais.

Disponibilidade: O profissional deve estar em dia com os seus afazeres, atentando para não perder prazos, que podem gerar multas e por ocasião disso até a impossibilidade de participação em licitações públicas;

Atualização: O profissional deve possuir e apresentar sempre atualizado o contrato de prestação de serviço.

Checklist das obrigações e pontualidade: O profissional deve solicitar ao menos a cada 6 meses o checklist de todas as obrigações tributárias e acessórias, contendo o prazo de cumprimento para cada uma delas.

Com as mudanças ocorridas em nosso ordenamento jurídico e o advento do novo Código Civil de 2002, inseriu-se neste, a responsabilidade do profissional em contabilidade, fazendo com que o profissional e as suas atribuições passassem a ser pessoal e diretamente responsabilizadas perante os seus clientes, tanto através de atos culposos, como também pelos praticados de forma dolosa. Para esse último ainda cabe a responsabilidade solidária, conforme assegurado pelo texto do artigo 1.177 do Código Civil/02, parágrafo único.

Destarte os profissionais da contabilidade devem estar atentos quanto às práticas dolosas contra fisco que por ora podem ser indicadas ou impostas por seus eventuais clientes e/ou empregadores. Mesmo que estas práticas quando dolosa ficarão ao encargo daquele que o pratica, os profissionais que desempenhem seus serviços na área contábil respondem solidariamente pelos danos causados a terceiros.

O artigo seguinte 1178/CC diz que os contabilistas estão tão responsáveis quanto o empresário, e em um possível processo judicial, responde solidariamente junto a empresa, e igualmente pode ser obrigado a disponibilizar seus bens particulares para quitação de dívidas. É aconselhável que o profissional contábil tenha perícia quando da elaboração do contrato de prestação de serviço, sempre atentando para os entendimentos jurisprudentes e

doutrinários, e detalhando as informações que serão fornecidas pelo profissional, além de estabelecer claramente a responsabilidade de cada um, tanto do empresário como do profissional contábil.

Conforme Maida (2007) a modernidade digital proporcionada a partir da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) tornou possível que a fiscalização aconteça em tempo real. Percebe-se que cada vez mais a necessidade do apoio da informática prever e solucionar problemas diversos envolvendo desde o envio destes arquivos digitais como inconsistências neles.

De acordo com Maida (2007) faz-se necessário que a legislação defina de forma clara os papéis de responsabilidade do contador de acordo com as novas obrigações que foram agregadas às anteriores. Expressa sua preocupação ao perceber que não há qualquer tipificação penal para os crimes que envolvam a manipulação, transmissão e guarda de dados informatizados, conclui propondo aos legisladores uma discussão sobre o tema no Plenário do Congresso Nacional.

### **2.1.2 Obrigação Tributária**

A obrigação nasce da relação jurídica criada entre dois ou mais sujeitos participantes de uma negociação, na qual se fazem presentes os elementos essenciais a ocorrência da obrigação, quais sejam, o sujeito ativo, sujeito passivo e o objeto negociado. Tanto o sujeito ativo como o sujeito passivo podem ser uma pessoa física ou jurídica.

Obrigação, em matéria de Direito, dar-se através de um vínculo criado a partir de uma relação estabelecida entre duas ou mais pessoas. Quando ocorre a obrigação, de um lado está o credor – chamado de sujeito ativo, aquele que tem o direito de exigir algo de outrem, enquanto que do outro lado da relação está o devedor – chamado de sujeito passivo, aquele que tem o dever de cumprir com a coisa devida (Borba 2011).

De acordo com Rocha (2012), os elementos essenciais a existência de uma obrigação divide-se em elementos subjetivos e elemento objetivo. Os elementos subjetivos são compostos pelos sujeitos: credor e devedor, enquanto que o elemento objetivo refere-se ao objeto da relação obrigacional, através deste fica reservado o direito do credor em poder exigir do devedor o cumprimento pela coisa devida.

Para Borba (2011), o Direito Tributário é aquele que impõe obrigações, tendo como sujeito ativo o Estado que exige do sujeito passivo, sejam elas pessoas físicas ou jurídicas, o pagamento de tributos, tem como objeto a prestação em si. A receita dos tributos arrecadados pelo Estado faz-se necessárias para manter sua própria estrutura, desenvolver suas funções e atender a maior parte das necessidades coletivas da população. Sendo que tais tributos só podem e devem ser cobrados quando estes estiverem estabelecidos em lei.

Diante o exposto, percebe-se que a obrigação nasce a partir do vínculo criado a partir da relação jurídica entre os sujeitos ativo e passivo, sendo que o primeiro é detentor do direito de cobrar que o segundo cumpra pela coisa devida. No caso da obrigação tributária, estes sujeitos são representados pelo Estado, na condição de sujeito ativo e o contribuinte, sendo o sujeito passivo.

O Código Tributário Nacional regula sobre Sistema Tributário Nacional e estabelece normas gerais de direito tributário que são aplicáveis à União, Estados e Municípios. No art.113 da referida Lei está previsto de que a obrigação tributária é definida como sendo principal ou acessória e estabelece características que as diferenciam.

A obrigação principal nasce com a ocorrência do fato gerador, seja com a circulação de mercadorias dentro do Estado, a prestação de serviços no âmbito do Município, por exemplo, ela tem como objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se com recolhimento do valor integral devido aos cofres do Estado<sup>2</sup>.

De acordo com Oliveira (2009), o que difere os dois tipos de obrigações tributária prevista no art.113 do CTN em principal ou acessória é o objeto de cada uma. A obrigação principal tem por objeto o pagamento do tributo ou de multa em dinheiro, enquanto que, a obrigação acessória tem por objeto as prestações de trabalho burocrático sob imposição legal, através do qual os contribuintes são obrigados a emitirem notas fiscais, entregar declarações etc. com a finalidade de prestar informações da pessoa física ou jurídica que atenda as necessidades de fiscalização do fisco ou de arrecadação do Estado.

Caso a obrigação acessória seja ignorada pelo contribuinte, ou seja, o sujeito passivo deixe de apresentar algum dos documentos que compõem as obrigações acessórias, ou ainda seja apresentada de forma indevida ao órgão de fiscalização, esta obrigação acessória será convertida em uma obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

---

<sup>2</sup> Estado refere-se à União, Estados, DF e Municípios vai depender da competência a que está atrelada o tributo.

Conforme Rodrigues (2014), as empresas devem cumprir com suas obrigações acessórias, por isso os gestores ficam obrigados em declará-las junto aos Órgãos Oficiais, atendendo desta forma, ao cumprimento de suas responsabilidades quanto ao recolhimento dos tributos e contribuições a que estão sujeitas e ainda declarar que atuam dentro da legislação brasileira, garantindo desta forma que, os trabalhadores que lhes prestam serviços estejam com seus direitos trabalhistas e previdenciários assegurados, bem como estas empresas não estejam sujeitas a multas por descumprimentos de suas obrigações.

As pessoas jurídicas e equiparadas independente da forma de tributação que utiliza para o calculo do Imposto de Renda, estão obrigadas a cumprir com várias obrigações, sejam elas: obrigações tributárias, trabalhistas, fiscais, previdenciárias e contábeis para atuarem conforme a legislação brasileira prever e não serem penalizadas por descumprimento de suas obrigações perante as autoridades fiscais e de arrecadação tributaria.

No quadro abaixo estão dispostas as principais obrigações das empresas diante os Órgãos de Fiscalização e Controle do Governo, conforme o portal de contabilidade:

Quadro 1 - Principais obrigações tributárias, contábeis e fiscais no Brasil

Obrigações
Estatuto ou Contrato Social
Contabilidade
Balanço
Livro Diário
Livro Razão
Declaração anual do imposto de renda das Pessoas Físicas (para os sócios)
Declaração de bens e direitos no exterior (DBE/BACEN)
DIRF
Imposto de Renda Retido na Fonte e comprovante de rendimentos e retenção do IRF
Livro de inspeção do trabalho
Livro registro de empregados
Livro registro de inventário
Folha de pagamento
GPS
GFIP
GRFC
CAGED
RAIS
Contribuição sindical
Contribuição Confederativa Contribuição Assistencial
Contribuição Associativa
Norma Regulamentadora 7 (Ministério do trabalho)
Norma Regulamentadora 9 (Ministério do Trabalho)
Informações de rendimentos das Pessoas Físicas
Informações de rendimentos das Pessoas Jurídicas
Publicações obrigatórias nas empresas limitadas.

Fonte: Adaptado do Guia Tributário, 2014

## 2.2 Sistema Público de Escrituração Digital

O marco inicial para a criação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), ferramenta desenvolvida com a finalidade de promover a integração e modernização da administração tributária no Brasil, deu-se com a Emenda Constitucional nº 42 de 2003, ao introduzir o inciso XXII ao art. 37 da Constituição Federal, que determina às Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atuarem de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais.

Este mecanismo foi desenvolvido de forma compartilhada, envolvendo as três esferas de governo. Coube a Receita Federal a realização de encontros anuais com os membros das secretarias tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo estes últimos representados pelos secretários de finanças dos Municípios das Capitais.

Em julho de 2004, na cidade de Salvador aconteceu o I ENAT<sup>3</sup> com os administradores tributários, este encontro teve como objetivo encontrar uma solução capaz de promover a integração administrativa entre as esferas de Governo, uma ferramenta padronizada, útil na melhoria nas informações entre os entes federados, que promova a racionalização de custos e a desburocratização de procedimentos administrativos, traga maior eficiência na fiscalização e que seja possível o cruzamento de informações com dados padronizados e uniformizados (BRASIL, 2012).

De acordo com o art. 2º do Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007, o SPED é uma ferramenta de unificação das atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação dos livros e documentos contábeis e fiscais dos empresários e pessoas jurídicas, inclusive as imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

O Sistema Público de Escrituração Digital faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007- 2010), um programa de desenvolvimento criado com o objetivo de alavancar o crescimento da economia brasileira, impulsionando-a na geração de empregos, oportunidades e melhoria das condições de vida da população. Com o SPED, muda-se o sistema de apresentação das obrigações acessórias dos contribuintes, antes realizada em papel, passou a serem transmitidas por sistemas computadorizados. Para garantir a não violação dos documentos transmitidos, as

---

<sup>3</sup> ENAT – Encontro Nacional de Autoridades Tributárias promovido pela RFB.

autoridades de fiscalização exigem que estes documentos sejam assinados eletronicamente com certificados digitais para terem validade jurídica (BRASIL, 2012).

Conforme Lizote e Mariot (2012) o programa SPED foi criado a princípio para fiscalizar as empresas contra a sonegação de tributos, visando minimizar tal prática bem como, a redução de forma acentuada de obrigações acessórias de que as empresas tinham que prestar informações ao fisco. Com o SPED obrigações acessórias minimizadas fazendo com que o contador detenha mais tempo para produzir informações de melhor qualidade e que sejam adequadas para a tomada de decisões pelos gestores empresariais.

De acordo com Pires *et al.* (2011) o Sistema Público de Escrituração Digital estabelece uma nova forma de comunicação entre a empresa, a contabilidade e o fisco afim de que compreendam o novo sistema e seja possível o atendimento das novas exigências do governo para garantir que se tenha informações com mais confiabilidade e transparência.

Conforme a RFB, a implantação do SPED veio proporcionar vários benefícios a empresa, ao fisco e a sociedade. A empresa foi beneficiada com um melhor ambiente de negócios, com a redução da quantidade de obrigações acessórias, com a dispensa da emissão e armazenamento de papel, dos custos administrativos, além de ser uma ferramenta que visa à uniformização das informações prestadas pela empresa, trouxe maior competitividade com a redução da burocracia de procedimentos de controle fiscal. Estas vantagens vieram facilitar a vida do gestor, dando a este mais tempo disponível para dedicar-se a empresa.

Quanto ao fisco, o SPED facilitou o trabalho das autoridades fiscais com a melhoria das informações prestadas pelos contribuintes, favoreceu o fortalecimento do controle e da fiscalização com a troca de informações entre os órgãos do governo, dificultando a ação de empresas que burlam as leis e cometem fraudes com a sonegação de tributos ao Estado Brasileiro.

Os benefícios do SPED para a sociedade brasileira foram redução do “Custo Brasil”, melhor ambiente de negócios que favoreceu o desenvolvimento do País, possibilidade de troca de informações entre os contribuintes, utilização de padrões novos e menos degradação do meio ambiente com redução do consumo de papel.

A priori, o SPED era composto por três grandes projetos: Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Ao longo dos anos, outros projetos foram incorporados ao sistema: Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), FCONT, Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), EFD-Contribuições, Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social).

De acordo com Duarte (2009), a Escrituração Contábil Digital é o projeto de sustentação do SPED, pode ser entendido como a geração dos livros contábeis em formato digital através de arquivo de leiaute padrão, antes de ser enviado para as autoridades fiscais precisa ser assinado com certificado digital para ter validade jurídica.

Conforme Azevedo e Mariano (2009), a nota fiscal eletrônica é um documento digital, sendo emitido e armazenado eletronicamente, é útil na circulação de mercadorias e na prestação de serviços, sua validade jurídica é garantida quando da assinatura digital do emitente e autorização de uso da unidade federada do contribuinte. Substitui a emissão de documentos fiscais por documentos eletrônicos.

A nota fiscal eletrônica beneficiou as empresas, com a redução do número de papéis que seriam impressos, com a forma de armazenamento das informações, alterou o relacionamento entre empresa-fisco, facilitou o controle e gerenciamento dos documentos e transformou as empresas em entidades mais dinâmicas (PASSOS, 2010).

A Escrituração Fiscal digital (EFD) é um arquivo digital constituindo de um conjunto de escriturações, de documentos fiscais e de outras informações que interessam as autoridades fiscais (convênio ICMS nº 143/2006). Visa a substituição da impressão de livros fiscais, registros de entradas, saídas, apuração do ICMS, apuração do IPI e inventário por arquivos e registros digitais.

Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) - trata-se do novo modelo de documento fiscal eletrônico que foi instituído pelo ajuste Integrado de Informações Econômico Fiscais (SINIEF). Com a criação do CT-e visa à substituição dos documentos fiscais, nota fiscal de serviço de transporte e transporte ferroviário de cargas, conhecimento de transporte rodoviário, aquaviário e ferroviário de cargas, conhecimento aéreo.

O Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) é uma escrituração em formato eletrônico, das contas patrimoniais e de resultado, que considera os métodos e critérios contábeis anteriores à aplicabilidade da Lei nº 11.638/2007.

O FCONT engloba os lançamentos que existem na escrituração comercial, mas que devem ser expurgados para remover os reflexos das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/2009, modifiquem o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na escrituração contábil. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2012).

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) – projeto desenvolvido de forma integrada entre a RFB e a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), atendendo o protocolo de Cooperação ENAT nº 02, de 7 de dezembro de 2007, este atribuiu a coordenação e a responsabilidade pelo desenvolvimento e implantação do Projeto da NFS-e.

A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica é um documento de existência digital, gerado e armazenado de forma eletrônica pela RFB, pelas prefeituras ou por outras entidades conveniadas, tem por finalidade documentar as operações de prestação de serviços. Este projeto foi criado para beneficiar as administrações tributárias, com a padronização de seus sistemas e com isso obterem informações com mais qualidade e diminuição dos custos. (SPED, 2012).

A EFD-Contribuições é também conhecida popularmente como o SPED PIS e COFINS, pois nele são apurados estes impostos e substituiu a DACON (Demonstrativo de Apuração das Contribuições Sociais) que era exigida mensalmente das empresas. O arquivo de envio da EFD-Contribuições deve ser validado, assinado digitalmente e depois enviado ao Sistema Público de escrituração Digital até o décimo dia útil do mês seguinte ao de referência da escrituração (RECEITA FEERAL DO BRASIL, 2012).

As pessoas jurídicas tributadas na modalidade do lucro real deverão entregar a EFD-Contribuições referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2012, enquanto que as empresas tributadas com base no lucro presumido ou arbitrado, o arquivo deste tipo de escrituração passou a ser enviado a partir dos fatos geradores de 1º de julho de 2012.

### **2.1.2 O e-Social**

No Brasil, o sistema de fiscalização atual exige que as empresas enviem suas informações a vários órgãos fiscais e de controle, de forma redundante, gerando para as empresas mais custos, mais burocracia e dificuldades na prestação de suas informações dentro do prazo estabelecido pelos órgãos de fiscalização e controle do Governo Federal.

Conforme Rodrigues (2014), o atual sistema é complexo, no qual se gasta muito tempo para que a empresa cumpra com suas obrigações acessórias. As empresas são obrigadas a prestarem suas informações a vários Órgãos do Governo para atender as exigências do

sistema atual, sendo que para cada órgão o sistema apresenta critérios de preenchimento distintos para a obtenção de informações idênticas ou semelhantes, ocasionando a geração de interpretações diferentes e acarretando perdas na eficiência e na qualidade das informações dos órgãos de fiscalização e arrecadação tributária.

De acordo com o portal e-Social, este projeto representa a parte maior e mais complexa do SPED. O supracitado projeto ao ser implantado exigirá que os empregadores apresentem todas as informações de seus empregados aos órgãos oficiais, sejam elas trabalhistas, previdenciárias, tributárias, fiscais e fundiárias por meio de um único documento digital.

Com o e-Social as informações serão divulgadas de forma mais detalhada pelas empresas, o que facilita o acesso a estas por parte do empregado, visa garantir os direitos do trabalhador, fazendo com que este possa melhor conhecer a empresa em que trabalha, tome conhecimento de seus direitos e exija o cumprimento destes, conforme prevê a legislação trabalhista, também vem colaborar com os gestores ao simplificar número de obrigações acessórias da empresa, enquanto que, para o Estado Brasileiro serão geradas informações com mais qualidade e retratem a realidade do País.

Com a implantação do e-Social, as informações serão alimentadas diariamente na plataforma deste sistema, de forma única, dando mais eficiência menos trabalho para a obtenção de informações das empresas, sendo estas fornecidas com mais qualidade e precisas, pois serão prestadas dentro do prazo estabelecido pelos órgãos de fiscalização.

O e-Social é tido como sendo “a maior obrigação tributária acessória” e que possivelmente será implantada pelas empresas brasileiras no ano de 2015, ela tem por finalidade suprimir várias obrigações acessórias das empresas, estas passarão a informar suas informações por um único canal, o e-Social, visto também como ambiente repositório nacional, neste os órgãos participantes do projeto obterão todas as informações de que necessitem da empresa, nos limites de suas competências e atribuições.

Em dezembro de 2014, o e-Social foi instituído através do decreto nº 8373 e publicado no Diário Oficial da União (DOU). Conforme o Comitê Gestor do e-Social, após a publicação da versão definitiva versão 2.0, fato acontecido no mês de fevereiro de 2015, as empresas têm 6 (seis) meses para começarem a inserir os eventos iniciais em um ambiente de testes. E, após mais 6 (seis) meses, entrará em vigor a obrigatoriedade para o primeiro grupo de empregadores, formado por empresas grandes e médias (com faturamento anual superior à R\$ 3,6 milhões no ano de 2014).

O projeto do e-Social foi desenvolvido de forma consorciado entre órgãos e entidades do Governo Federal: Receita Federal do Brasil (RFB), Instituto Nacional do Seguro social (INSS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Previdência Social (MPS) e Caixa Econômica Federal como agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Conta com a participação do Ministério do Planejamento, órgão responsável em promover assessórias aos entes na busca do alinhamento dos diversos interesses dos órgãos afim de que o supracitado projeto atenda as necessidades de cada órgão.

O e-Social é uma nova forma de registro dos eventos trabalhistas. É uma ferramenta eficaz, sua implantação visa melhor assegurar os direitos dos trabalhadores brasileiros, os gestores serão beneficiados com a simplificação do número de obrigações que a empresa está obrigada a declarar aos órgãos fiscalizadores do governo; sendo considerada uma solução eficiente para o Estado Brasileiro, pois com a nova escrituração é esperado que se tenha informações de boa qualidade e mais confiáveis, pois será evitado que informações desconhecidas da empresa sejam prestadas pelo gestor, facilitando o trabalho dos órgãos de fiscalização e de arrecadação tributária (Informação verbal)<sup>4</sup>

De acordo com o Manual de Orientação do e-Social - versão 1.1, os eventos que fazem parte do e-Social devem ser transmitidos através de arquivos preparados conforme os leiautes estabelecidos para cada um. As informações são prestadas ao e-Social através dos seguintes grupos de eventos: eventos iniciais, eventos de tabelas, eventos não periódicos e eventos periódicos. Ver em anexos os eventos do e-Social dispostos no Manual de Orientação do e-Social - versão 1.1.

Conforme o Manual supracitado, os eventos iniciais compõem o primeiro grupo de eventos que precisam ser transmitidos pelas empresas ao Ambiente Nacional do e-Social. Pois são estes eventos que identificam o empregador/contribuinte, contendo dados básicos de sua classificação fiscal e de sua estrutura administrativa. Também pode ser incluído neste grupo o cadastramento inicial dos vínculos dos empregados ativos, mesmo que afastados, no momento da implantação do e-Social.

Os eventos iniciais serão enviados uma única vez pelo empregador ao e-Social. Os dados da empresa e de seus empregados informados no sistema serão essenciais para que os

---

<sup>4</sup> Informação fornecida por José Alberto Maia em palestra sobre o e-Social na Confederação Nacional da Indústria, em São Paulo, outubro de 2013

Órgãos do Governo passe conhecer sua empresa, como informante, e entendam o funcionamento e sua folha de pagamentos.

Eventos de tabelas - composto de eventos complementares aos eventos iniciais, são responsáveis por uma série de informações que validam os eventos não periódicos e periódicos, e buscam a otimização na geração dos arquivos e no armazenamento das informações no Ambiente Nacional do e-Social, por serem utilizadas em mais de um evento do sistema ou por se repetirem em diversas partes do leiaute. Os eventos de tabelas devem ser transmitidos logo após os eventos iniciais. A administração do período de validade das informações é muito importante devendo-se observar o seu período de vigência.

Eventos Não Periódicos - São eventos que não tem um período certo para poder prever o seu acontecimento. Vai depender de acontecimentos na relação trabalhista na vida da empresa e do empregador, como a contratação, afastamentos, demissões entre outras. Quando constatado a ocorrência de um fato ou evento desta natureza é que a empresa dentro de um prazo estabelecido, tem por obrigação fazer a transmissão do evento para o e-Social.

Eventos periódicos – são eventos que tem um período definido para acontecer durante o ano. No caso destes eventos o prazo de transmissão é de até o dia 7 do mês seguinte. Estes eventos são compostos por informações de folha de pagamento, de apuração de outros fatos geradores de contribuições previdenciárias, de retenção do imposto retido na fonte, como também estão previstas as informações de retenção das contribuições sociais que incidem sobre pagamentos realizados às pessoas jurídicas.

O Comitê Gestor do e-Social tem feito algumas alterações no cronograma do projeto inicial para que os gestores das empresas disponham do tempo necessário para conhecer e adaptarem-se ao sistema.

Conforme informação divulgada por este Comitê Gestor, o prazo para implantação do sistema será contado apenas após publicação da versão definitiva – Manual de Orientação do e-Social - versão 2.0. Seis meses após a divulgação desse manual, as empresas começarão a inserir os eventos iniciais em um ambiente de testes. E, após mais seis meses de testes, entrará em vigor a obrigatoriedade para o primeiro grupo de empregadores, formado por empresas grandes e médias (com faturamento anual superior à R\$ 3,6 milhões no ano de 2014). Quanto às micros e pequenas empresas, o cronograma de implantação deste mecanismo ainda está em fase de ajustes pelo Comitê Gestor, e este conta com a participação de membros representantes deste segmento.

Com a implantação do e-Social, várias obrigações acessórias estão previstas a serem substituídas, quais sejam: livro registro de empregados, folha de pagamento, SEFIP/GFIP, CAGED, RAIS, DIRF, Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, além dos arquivos eletrônicos entregues à fiscalização, por exemplo: a MANAD.

Duarte (2014), enumera alguns dos resultados esperados pela equipe gestora do projeto e-Social: aumento da arrecadação espontânea; a participação do trabalhador no auxílio à fiscalização das obrigações trabalhistas e previdenciárias; a redução de fraudes na concessão de benefícios previdenciários e do seguro desemprego e o aumento da produtividade dos órgãos fiscalizadores.

### **2.1.30 e-Social para o Empregado Doméstico**

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) define o empregado doméstico como sendo aquele (a), com idade superior a 18 anos, que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não-lucrativa à pessoa ou família, no âmbito residencial destas.

Como o traço que difere o emprego doméstico de outro tipo de emprego é o caráter não-econômico da atividade exercida no interior das residências de seus empregadores. O MTE integrou a categoria do empregado doméstico, outros tipos de trabalhadores, cuja característica do trabalho assemelha-se ao do empregado doméstico. Dentre eles, estão: cozinheiro (a), governanta, babá, lavadeira, faxineiro (a), vigia, piloto de avião, helicóptero, motorista particular, jardineiro (a), acompanhante de idosos (as), entre outras.

A profissão do empregado (a) doméstico (a) foi criada pela Lei nº 5.859, 11 de dezembro de 1972 e no ano posterior foi regulamentada no País pelo Decreto nº 71885, de 09 de março de 1973, tendo assegurado a partir daquela data, alguns dos direitos que têm os empregados domésticos atualmente.

Os trabalhadores vêm lutando ano após ano pela garantia seus direitos, enquanto colaboradores do desenvolvimento do País. Os empregados domésticos ao longo dos anos têm garantido diversos direitos, atualmente, estes usufruem quase de todos os direitos, também garantidos por outras categorias de trabalhadores no País.

A princípio, o envio das informações do empregador doméstico poderá ser realizado apenas no portal do e-Social, neste vem sendo disponibilizado serviços e facilidades que visam corroborar com o cumprimento das obrigações do empregador doméstico, sejam elas, obrigações trabalhistas e fiscais, de forma facilitada e bem intuitiva.

Conforme divulgado no site do e-Social, para efetuar o cadastramento do empregado doméstico na plataforma do novo sistema, o empregador doméstico vai necessitar de várias informações deste, a saber:

- Número, série e UF da CTPS
- Número do NIS (NIT/PIS/PASEP)
- Número do CPF
- Data de nascimento
- Data da admissão
- Data da opção pelo FGTS
- Valor do Salário Contratual
- Escolaridade
- Raça/Cor
- Endereço residencial
- Endereço do local de trabalho
- Número do Telefone
- E-mail de contato

Diante do exposto, observa-se que o e-Social veio para assegurar os direitos do empregado doméstico, pois a nova escrituração irá exigir do empregador o cumprimento das obrigações trabalhistas e fiscais, A partir da obrigatoriedade de implantação do e-Social, o empregador terá por obrigação apresentar ao e-Social todos os eventos que aconteça com a contratação de emprego, pagamento de salários, entre outros eventos.

### 3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Esta seção destina-se a apresentação, análise e discussão dos resultados da pesquisa, estes estão dispostos de acordo com o questionário de aplicação, contendo 20 questões, foram solicitadas informações sobre o perfil dos respondentes e a percepção do e-Social pelos Profissionais da Contabilidade.

A presente pesquisa foi aplicada em todo o território do Estado da Paraíba, e obteve um total de 29 questionários respondidos, que serão tomados por base para análise dos resultados desta pesquisa.

#### 3.1 Perfil dos Respondentes

As 8 (oito) primeiras questões do questionário refere-se ao perfil dos respondentes, foram solicitadas aos participantes informações sobre gênero, idade, formação acadêmica, tipo de empresa, tempo de atuação e região do Estado está localizada a empresa em que trabalham, bem como o número de funcionários e de clientes da empresa.

##### Questão 1 Gênero

Verifica-se através do Gráfico 1 que a maioria dos contadores participantes são do gênero masculino 16 ou 55%, enquanto que 13 ou 45% foram respondidos por contadoras.

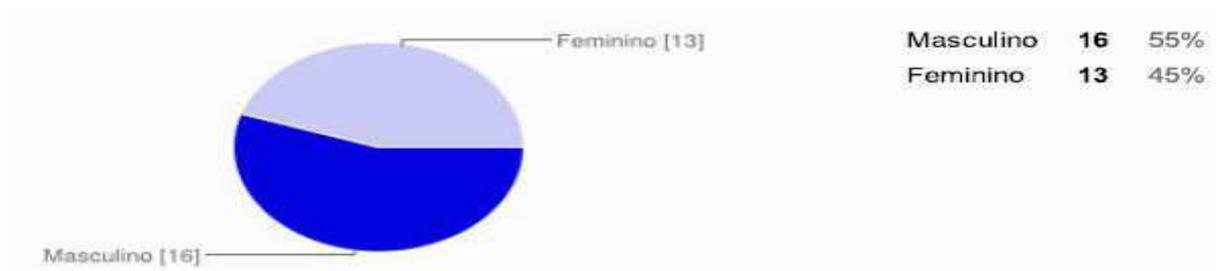


Gráfico 1 - Gênero dos respondentes

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

### Questão 2 Idade

Ao analisar o Gráfico 2, percebe-se um maior número de respondentes na faixa etária que vai de 18 aos 25 anos (24%) seguidos pela faixa etária entre 31 aos 35 anos (21%), logo após houve um empate técnico entre as etárias de 36 a 40 anos (17%) e 41 a 50 anos (17%), estas seguidas pelas faixas etárias entre 26 aos 30 anos (14%) e mais de 50 anos (7%). Portanto, verifica-se que a maioria dos Contadores participantes desta pesquisa tem até 35 anos de idade. Os profissionais pesquisados com mais de quarenta anos representa apenas 24% dos respondentes, este percentual justifica-se pelo grande número de escritórios com profissionais nesta faixa etária serem apenas técnicos em contabilidade.



Gráfico 2 - Idade dos respondentes

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

### Questão 3 Formação Acadêmica

Quanto à formação acadêmica dos pesquisados, nota-se que a maioria deles são apenas graduados no curso de Ciências Contábeis (15), seguido por especialistas (12) e mestrado e doutorado (1) cada um (ver Gráfico 3).



Gráfico 3 - Nível de formação

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

#### Questão 4 Tipo de empresa contábil

Conforme demonstrado no gráfico 4, as empresas de Contabilidade do Estado pesquisadas caracterizam-se como sendo a maioria do tipo Escritório Individual (55%), seguida por uma sociedade (24%) e autônomo (21%).



Gráfico 4 - Tipo de empresa contábil

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

#### Questão 5 Tempo de atuação profissional.

Neste item, o profissional foi questionado a respeito de seu tempo vem atuando nos serviços contábeis. A partir dos dados observados no gráfico 5, verifica-se que a maioria dos respondentes dizem atuarem nos serviços contábeis de 1 a 5 anos. Observa-se ainda que, em torno de 66% dos pesquisados tem até 10 anos que trabalham com contabilidade. (Ver gráfico 5). Os profissionais de escritórios com mais 16 anos de atuação tem grande possibilidade de serem técnicos em contabilidade, justificando o baixo percentual de respondentes entre os profissionais com mais anos de atuação.

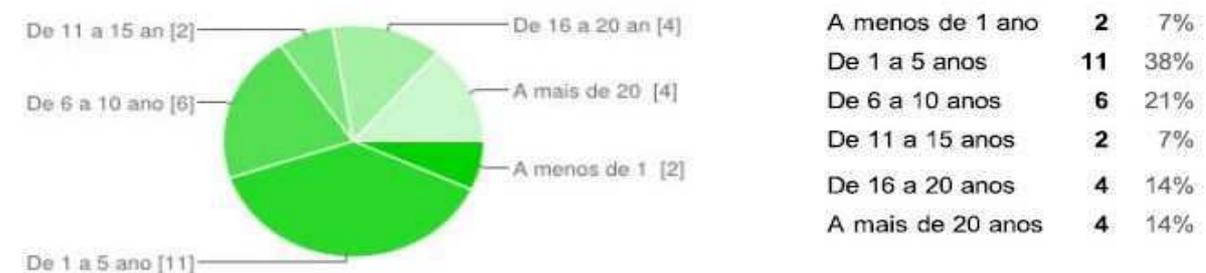


Gráfico 5 - Tempo de atuação

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

### Questão 6 Localização da Empresa no Estado

Esta pesquisa foi aplicada em todo o território do Estado da Paraíba, a maioria dos pesquisados desenvolvem suas atividades em escritórios estão situados no Sertão do Estado, o resultado está relacionado com a aplicação dos questionários in loco, nas cidades de Sousa e Cajazeiras. Então, conforme o gráfico 6, o número de respondentes por região ficou assim dispostos: Sertão com 18, seguido pelo Litoral com 9 e Borborema com 2, em números percentuais, estes representam 62%, 31% e 7%, respectivamente. Nenhum profissional da região do Agreste respondeu a esta pesquisa.

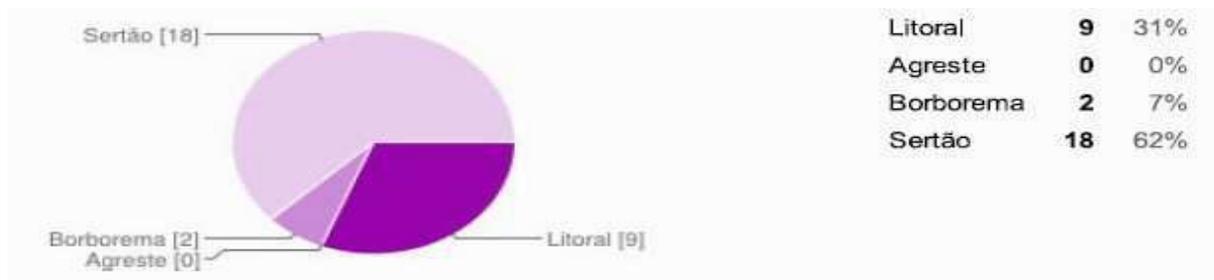


Gráfico 6 - Local da empresa

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

### Questão 7 Número de funcionários que trabalham na Organização.

Conforme apresentado no gráfico 7, verifica-se um maior número de participações de funcionários das empresas menores nesta pesquisa. Se consideradas como menores as empresas que têm até 10 funcionários, com base nos dados da pesquisa, estas representam cerca de 82,76% do total pesquisadas.

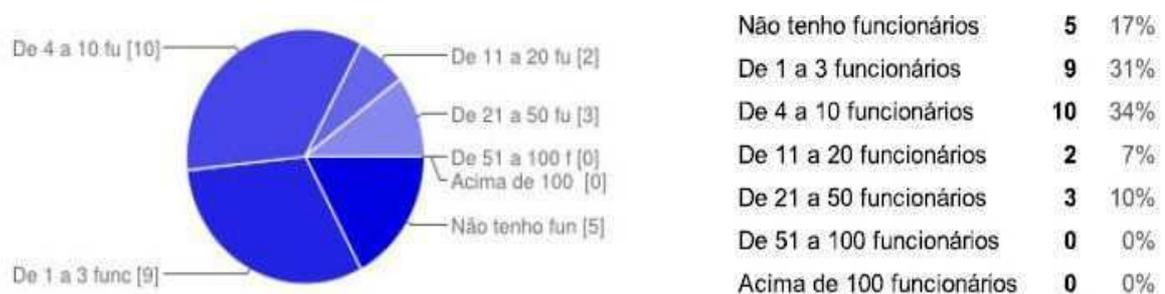


Gráfico 7 - Número de funcionários

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

### Questão 8 Número de Clientes por empresas participantes

Considerando os dados do gráfico 8, verifica-se uma maior participação nesta pesquisa das empresas que têm entre 21 e 100 clientes, representando cerca de 49% do total de participantes.



Gráfico 8 - Número de clientes

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

### 3.2 Da percepção do e-Social pelos Profissionais da Contabilidade

A partir da questão 9 foram colocadas questões ligadas ao e-Social, para conhecer que tipo de percepção do e-Social têm os Profissionais da Contabilidade.

#### Questão 9 Conhece o e-Social

Neste quesito foi perguntado se o profissional já tinha ouvido falar sobre o e-Social. De acordo com o gráfico 9, cerca de 97% dos respondentes afirmaram já ter ouvido falar sobre este tipo de escrituração, enquanto que, 1(um) ou 3% dos respondentes ainda não têm noção da existência da mesma.



Gráfico 9 - Conhece o e-Social

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

### Questão 10 Como ficou sabendo do e-Social

Conforme os dados da pesquisa, observa-se que os profissionais respondentes ficaram sabendo do e-Social através de palestras promovidas pelo CRC-PB, do portal do e-Social, das mídias sociais e jornais.

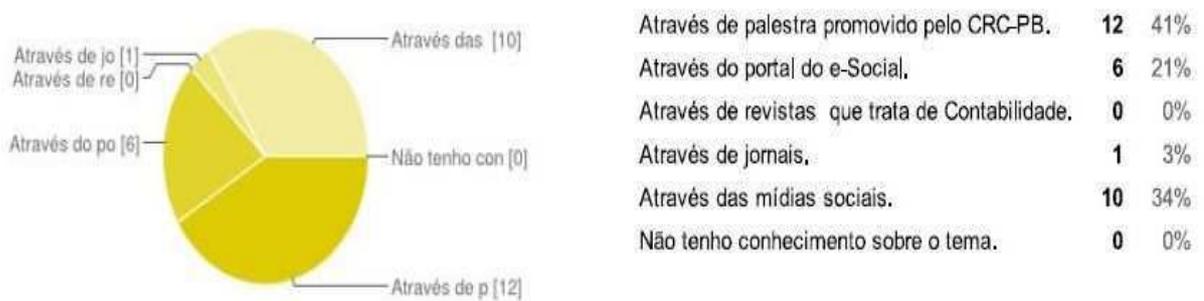


Gráfico 10 - Como Ficou Sabendo do e-Social

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

### Questão 11 Meios que utilizam para obter informações sobre o e-Social

Conforme os dados coletados através das respostas dos respondentes e dispostos no gráfico 11, os meios mais utilizados foram o sitio do e-Social, participação em eventos (palestras, treinamentos), fóruns na internet, sites de empresas de contabilidade e blogs.

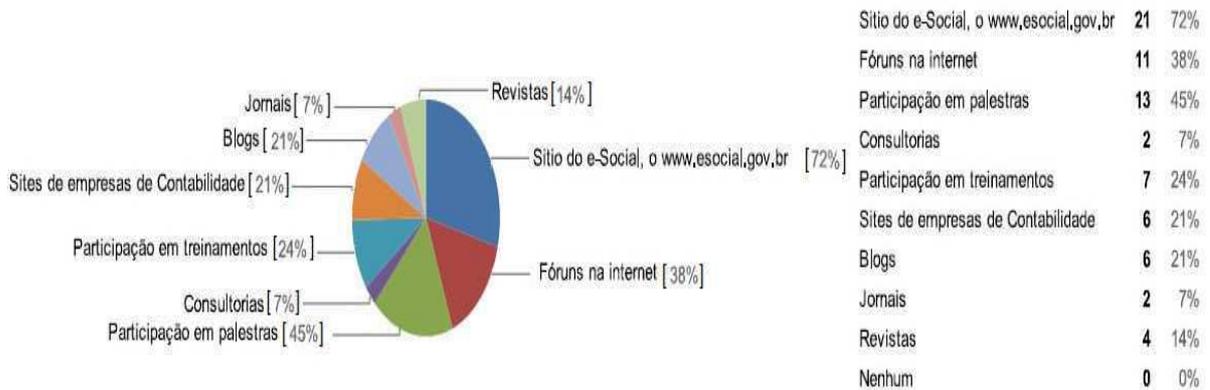


Gráfico 11 - Quais meios utiliza para obter informações sobre e-Social

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

### Questão 12 Quando você tomou conhecimento do e-Social pela primeira vez?

Conforme as informações apresentadas no gráfico 12, a maioria dos respondentes (62%) afirmaram ter tomado conhecimentos sobre o e-Social a mais de um ano, enquanto que 10% dos respondentes declararam que só conhece o e-Social a menos de 6 meses.

Comparando com a pesquisa de Duarte (2014) que pesquisou o e-Social nas organizações contábeis: análise dos impactos do e-Social no Brasil, conforme a pesquisa do autor que fez a mesma pergunta em seu questionário, e a partir dos dados coletados, fez a seguinte análise: Se por um lado 54,62% dos participantes declararam ter tomado conhecimento sobre o e-Social há mais de um ano, 8% afirmaram que só o conheceram há menos de 3 meses. Contudo, um profissional em cada quatro jamais participou de algum evento para capacitação sobre o tema. Outros 27% estiveram em apenas um evento.

Conforme pode-se verificar após análise das pesquisas acima, que a maioria dos profissionais tem buscado conhecimentos sobre o e-Social a algum tempo para se adequarem a este sistema.

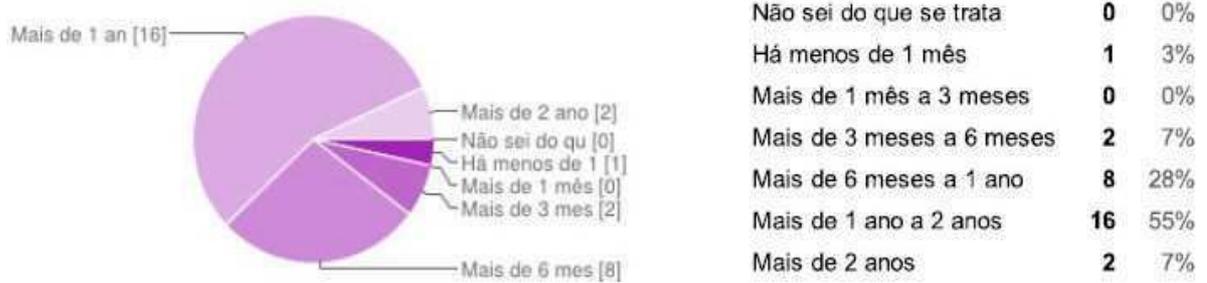


Gráfico 12 - Quando tomou conhecimento sobre o e-Social pela primeira vez

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

### Questão 13 Da participação em eventos sobre o e-Social

Conforme os dados apresentados no gráfico 13, percebe-se que 83% dos participantes tem participado de pelo menos um evento sobre o e-Social, enquanto que, 17% dos respondentes não tem participado de nenhum evento.



Gráfico 13 - Participação em Eventos sobre o e-Social

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

### Questão 14 Quem será Mais beneficiado com a implantação do e-Social?

Conforme dados coletados dos respondentes, para 76% dos entrevistados o governo será o mais beneficiado com a implantação do e-Social, enquanto que 21% acreditam ser os empregados os mais beneficiados (conforme o gráfico abaixo).



Gráfico 14 - Maior beneficiado com a implantação do e-Social

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

### Questão 15 Entidades que promoveram eventos no Estado sobre o e-Social

O Gráfico 15, apresenta as entidades que promoveram algum evento sobre o e-Social e os profissionais têm buscado algum conhecimento sobre o e-Social. Verifica-se que o Conselho Regional de Contabilidade foi a entidade mais procurada pelos participantes desta pesquisa.



Gráfico 15 - Entidades que promoveram os eventos que você participou sobre e-Social

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

### Questão 16 Com as informações que você tem até agora sobre o e-Social o profissional sente-se preparado para realizar as atividades listadas no quadro 2.

Quanto a opção 1 do quadro 2 – A maioria dos respondentes afirmaram que com as informações têm conhecimento sobre o e-Social não são suficientes e sentem estarem inaptos para realizar estas atividades;

Quanto a opção 2, 3 e 4 do quadro 2 - A maioria dos respondentes afirmaram estar preparados e aptos para realizarem estas atividades com o conhecimento que têm sobre o e-Social.

Quadro 2- Resumo dos Dados da Questão 16

Opções de respostas	Inapto		Pouco Apto		Indiferente		Apto		Mais que Apto	
	Resp.	%	Resp.	%	Resp.	%	Resp.	%	Resp.	%
Preparado para planejar as mudanças necessárias a implantação do e-Social.	3	10%	12	41%	0	0%	14	48%	0	0%
Preparado para explicar aos diretores/empresários os impactos do e-Social na empresa.	6	21%	8	28%	0	0%	13	45%	2	7%
Preparado para preencher os dados das empresas e enviar-los ao e-Social	3	10%	9	31%	2	7%	15	52%	0	0%
Compreende a importância do e-Social para o empregado doméstico.	2	7%	8	28%	3	10%	13	45%	3	10%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

### Questão 17 Maiores dificuldades encontradas para adequação ao e-Social.

Este quesito os respondentes podiam escolher mais de um item como resposta. De acordo os dados coletados na pesquisa 52% dos respondentes afirmaram que a maior de todas será sensibilizar os gestores e empresários, seguida pelas dificuldades em adequar os procedimentos e processos internos (48%), cumprir com os prazos (31%) e adequar o sistema da organização e entender o leiaute dos arquivos (24%) cada um.

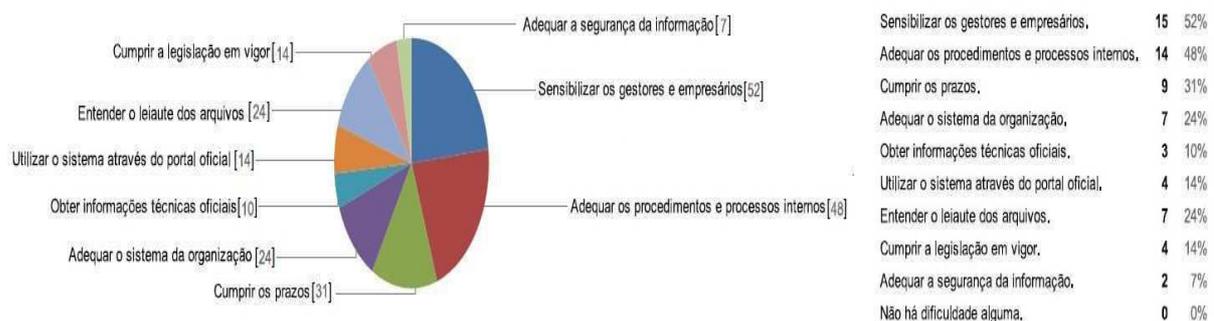


Gráfico 16 - Maiores dificuldades para adequação ao e-Social por parte das organizações

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

**Questão 18 Neste quesito foi perguntou ao respondente se reunido as empresas para prestar alguma assessoria para tratar sobre do e-Social.**

O gráfico 17, mostra que apenas 28% dos respondentes realizou algum encontro com as empresas a que prestam serviços para tratar do e-Social, enquanto que 72% dos respondentes ainda não realizou nenhum encontro com as empresas.

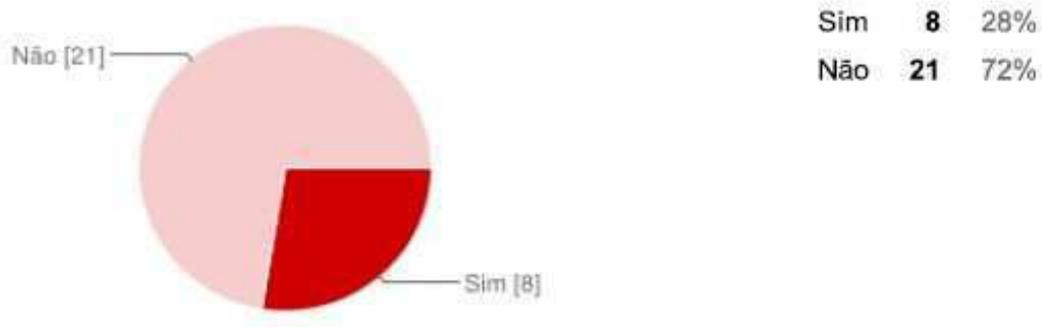


Gráfico 17 – Reunião com as empresas para prestação de serviços de assessoria

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

**Questão 19 Se respondeu não, qual das alternativas justifica sua resposta.**

Quadro 3 - Resumo dos dados da questão 19

Alternativas	Número de Respondentes	%
Ainda não tive interesse em reunir com as empresas para discutir sobre o assunto.	4	20
O volume de atividades no escritório tem dificultado a realização de reuniões com as empresas.	5	25
Não tenho reunido as empresas, pois, trabalho apenas com micro e pequenas empresas, estas não necessitam fazer muitos investimentos como as demais empresas de porte maiores para adapta-se a este sistema e ainda não tenho conhecimento suficiente sobre o e-Social.	6	30
Ainda não detenho conhecimento suficiente sobre este novo sistema de escrituração, mas estou buscando conhecimentos a respeito da temática e só depois irei reunir-me com as empresas para discutir o assunto, seus efeitos e que investimentos necessitam fazer para adaptar ao e-Social.	5	25

Fonte: Dados da pesquisa, 2015

Nesta questão foi colocada algumas alternativas que justificam a não realização de encontros com as empresas, estas estão apresentadas no quadro resumo da questão 19, para que os profissionais que não tenha realizado encontros com as empresas, assinale a

que melhor justificasse sua situação. Dos respondentes que respondeu a questão 18 como “Não”, apenas 1 (um) não justificou sua resposta com uma das alternativas da questão 19.

**Questão 20** Nesta questão foi solicitado ao respondente que avalie os eventos apresentados na questão e enumere-os conforme o grau de dificuldade encontrado ao serem registrados no e-Social.

Quadro 4 - Resumo dos dados da questão 20.

Opções de respostas	Muito Difícil		Difícil		Indiferente		Fácil		Muito Fácil	
	Resp.	%	Resp.	%	Resp.	%	Resp.	%	Resp.	%
Atestado de Saúde Ocupacional - ASO (Afastamento ocupacional)	2	7%	9	31%	9	31%	8	28%	1	3%
Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT.	3	10%	12	41%	7	24%	7	24%	0	0%
Admissão de empregado.	2	7%	5	17%	7	24%	14	48%	1	3%
Serviços tomados (cessão de mão de obra ou empreitada)	3	10%	9	31%	11	38%	6	21%	0	0%
Serviços prestados (cessão de mão de obra)	3	10%	9	31%	11	38%	6	21%	0	0%
Desoneração	2	7%	7	24%	9	31%	9	31%	2	7%
Bases, retenção, dedução e contribuições	2	7%	5	17%	8	28%	12	41%	2	7%
Afastamento	1	3%	5	17%	8	28%	13	45%	2	7%
Trabalhador sem vínculo de emprego	1	3%	7	24%	13	45%	7	24%	1	3%
Alteração de dados cadastrais do trabalhador	3	10%	3	10%	7	24%	14	48%	2	7%
Condição diferenciada de trabalho	3	10%	8	28%	13	45%	5	17%	0	0%
Pagamentos diversos	2	7%	3	10%	15	52%	9	31%	0	0%
Serviços tomados de cooperativas	4	14%	10	34%	11	38%	4	14%	0	0%
Serviços prestados a cooperativas	5	17%	10	34%	10	34%	4	14%	0	0%
Aquisição de produtos rurais	5	17%	7	24%	11	38%	6	21%	0	0%
Aviso prévio	3	10%	5	17%	5	17%	13	45%	3	10%
Reintegração	2	7%	10	34%	6	21%	9	31%	2	7%
Desligamento	2	7%	4	14%	7	24%	13	45%	3	10%
Comercialização da produção rural	4	14%	7	24%	11	38%	5	17%	2	7%
Alteração do contrato de trabalho	1	3%	4	14%	8	28%	12	41%	4	14%
Receitas de atividades concomitantes	4	14%	6	21%	12	41%	6	21%	1	3%
Estabilidade	3	10%	8	28%	11	38%	5	17%	2	7%
Remuneração do trabalhador	2	7%	1	3%	9	31%	12	41%	5	17%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

De acordo com os dados obtidos e dispostos no quadro resumo da questão 20, nota-se que a maioria dos profissionais que responderam a pesquisa se dizem indiferentes quanto ao registro no e-Social grande parte dos eventos que foram colocados na questão 20 para serem avaliados pelos profissionais e que estão dispostos no quadro 4.

Dos eventos listados na questão 20, apenas 7 eventos foram avaliados pela maioria dos respondentes como sendo fácil ou muito fácil, a saber: admissão de empregado, remuneração do trabalhador, afastamento, alteração de dados cadastrais do trabalhador, aviso prévio, desligamento e alteração do contrato de trabalho.

Como foi apresentado neste trabalho, o e-Social é um projeto que ainda não foi implantado nas empresas, estas ainda estão em fase de adaptação ao sistema do e-Social. Este é um projeto tem gerado muitas discussões e dúvidas quanto aos seus impactos nas empresas.

Portanto, a indiferença quanto ao registro da maioria dos eventos pode estar ligado às mudanças vem acontecendo no projeto antes deste ser implantado nas empresas.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O e-Social é uma nova obrigação acessória desenvolvida de forma consorciada pelos Órgãos Fiscais do Governo Federal e que está prevista a ser implantada nas empresas no ano de 2015. Tem por finalidade suprimir várias outras obrigações acessórias da empresa, desta forma, visa facilitar o trabalho dos gestores quanto a apresentação das obrigações acessórias aos órgãos de fiscalização e arrecadação tributária, visa assegurar os direitos do trabalhador e melhorar a qualidade das informações prestadas pelas empresas aos órgãos do governo.

Este estudo objetivou a análise da percepção dos contadores do Estado da Paraíba com relação à implantação do sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social).

Esta pesquisa foi aplicada em todo o Estado da Paraíba com os contadores que desenvolvem atividades em um escritório de contabilidade. Devido as dificuldades encontradas na aplicação, foram coletados uma amostra apenas 29 respostas, que foram tomados como base para a análise dos resultados desta pesquisa.

Com base na pesquisa, verifica-se que a maioria dos respondentes tem até 35 anos de idade e tem no máximo 10 anos de atuação em atividades ligadas a contabilidade. Foi observado que houve poucas respostas por parte de profissionais mais de 15 anos de atuação, apenas 28% do total, podendo este baixo percentual está ligado a tendências de que o maior de número de profissionais com mais anos de atuação sejam os técnicos em contabilidade.

A partir da coleta de dados realizada por meio de um questionário estruturado, através deste foi possível observar quais as principais dificuldades que serão enfrentadas pelas empresas contábeis com a implantação do e-Social, que são: sensibilizar os gestores e empresários, adequar os procedimentos e processos internos, cumprir com os prazos e adequar o sistema da organização e entender o leiaute dos arquivos.

Percebeu-se através da pesquisa que a grande parte contadores pesquisados demonstraram estar indiferentes quanto ao registro da maioria dos eventos que serão registrados no e-Social. Conforme os dados coletados na questão 20, dos eventos listados apenas 7 eventos foram avaliados pela maioria dos respondentes como sendo fácil ou muito fácil, a saber: admissão de empregado, remuneração do trabalhador, afastamento, alteração

de dados cadastrais do trabalhador, aviso prévio, desligamento e alteração do contrato de trabalho.

Verificou-se que, os profissionais têm se interessado pelo tema e buscado informações e conhecimentos sobre o tema em eventos promovidos pelo CRC e por outras entidades, bem como no site do Projeto e-Social, em fóruns de internet.

Para atender as exigências impostas pelo e-Social, as empresas deverão se preparar, implantando sistemas que permitam o cumprimento das obrigações e treinando seus colaboradores para que forneçam informações precisas e tempestivas.

Como limitações da pesquisa destacam-se o número reduzido de respondentes que formam a amostra da pesquisa, o fato de o estudo está baseado em respostas obtidas por meio de um questionário e abordagem quali-quantitativa do problema de pesquisa. Outra limitação refere-se ao instrumento de pesquisa aplicado apenas com os contadores que trabalham em um escritório de contabilidade, sendo essa outra limitação do tamanho e abrangência da pesquisa.

Como sugestão para futuros trabalhos, recomenda-se: Seja feita a replicação desta pesquisa, trabalhando com uma amostra maior e que envolva os demais Estados do Nordeste Brasileiro para poder fazer um comparativo quanto a percepção dos profissionais da contabilidade sobre a implantação do e-Social; Pode-se fazer uma análise a partir de uma amostra maior por Microrregião do Estado da Paraíba a fim de verificar como os contadores veem adaptando-se a nova escrituração Fiscal Digital das obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias; Verificar junto ao empresariado como estes têm lidado com esta nova realidade, que tipos de investimentos têm realizado para adequar sua organização às exigências do e-Social.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antonio. In: **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: IOB, 2009.

BRASIL. **Código Tributário Nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5172compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm). Acesso em: 04 de Novembro de 2014.

\_\_\_\_\_. Receita Federal do Brasil. In: **Sistema Público de Escrituração Digital**. Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sped/>. Acesso em: 13 de Agosto de 2014.

\_\_\_\_\_. Portal do e-Social: **Manual de Orientação do e-Social** – versão 1.1 de 06 de janeiro 2014. Disponível em: [http://www.esocial.gov.br/doc/MOS\\_V\\_1\\_1\\_Publicacao.pdf](http://www.esocial.gov.br/doc/MOS_V_1_1_Publicacao.pdf) Acesso em: 07 de Agosto de 2014.

\_\_\_\_\_. Manual de Orientações do eSocial – Versão 2.0. Disponível em: <http://www.esocial.gov.br/Leiautes.aspx> Acesso em: 26/02/2015

\_\_\_\_\_. Código Civil - **LEI No 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm) Acesso em: 25/02/2015

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.859, de 11 de Dezembro de 1972. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5859.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5859.htm) Acesso em: 25/02/2015

\_\_\_\_\_. Decreto nº 71.885, DE 26 de Fevereiro de 1973. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/d71885.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d71885.htm) Acesso em: 25/02/2015

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 9.295 – de 27 de maio de 1946. Disponível em: <http://www.portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/lei1249.pdf>. Acesso em: 25/02/2015

BORBA, Claudio. Direito Tributário. 25. ed.- Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Conselho Regional de Contabilidade. **Responsabilidade do Profissional Contabil: Contador, a conexão certa e necessária para o desenvolvimento da sua empresa**. Disponível em: <http://www.crcpe.org.br/> Acesso em: 09/08/2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Profissionais ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade. Disponível em: <<http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConselhoRegionalAtivo.aspx>> Acesso em: 26/02/2015

CORDEIRO, Adilson. **Institucionalização de Hábitos e Rotinas com a Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)**: Um Estudo em Organizações de Serviços Contábeis, Ano de Obtenção: 2013.

DUARTE, Roberto Dias. **eSocial nas organizações contábeis**: análise dos impactos do e-social nas organizações contábeis. Julho de 2014. Disponível em: <http://www.robertodiasduarte.com.br/pesquisa-esocial-contadores.pdf>. Acesso em: 08 de Dezembro de 2014.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal – III**: O Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil. Editora cafélaranja comunicação, 2009. Disponível em: <<http://www.robertodiasduarte.com.br/files/bbf3-v1.01s.pdf>> Acesso em: 16 de janeiro de 2015

FIESP. **e-Social**: Uma nova era nas relações entre empregadores, empregados e governo. Palestra proferida pelos auditores José Alberto Maia e Daniel Belmiro Fontes. Disponível em: <[http://az545403.vo.msecnd.net/uploads/2013/10/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-eSocial-10\\_2013\\_daniel-belmiro-e-equipe.pdf](http://az545403.vo.msecnd.net/uploads/2013/10/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-eSocial-10_2013_daniel-belmiro-e-equipe.pdf)> Acesso em: 26 de Agosto de 2014.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: FTD, 2008

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à Pesquisa Científica**. 5. ed.- Campinas, SP: Editora Alinea, 2011

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: aplicável às demais sociedades. FINECAFI. 6. ed. Ver. e atual. – 8. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2006.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria de Lakatos**. 6. ed. – 6 . reimpr. – São Paulo: 2008

LIZOTE, Suzete Antonieta; MARIOT, Diogo Menin **A Estrutura do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)**: um estudo das novas obrigações. Disponível em: <[navus.sc.senac.br/index.php/navus/article/download/73/52](http://navus.sc.senac.br/index.php/navus/article/download/73/52)> Acesso em: 14 de agosto de 2014.

MAIDA, Fernando. **A Era Digital, a nova responsabilidade civil dos profissionais de Ciências Contábeis e sua interface com o Direito Tributário**. Direito Net, 2007. Disponível em:

<<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3447/A-Era-Digital-a-nova-responsabilidade-civil-dosprofissionais-de-Ciencias-Contabeis-e-sua-interface-com-o-Direito-Tributario>>. Acesso em: 30/08/2014

MINISTÉRIO DA FAZENDA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL VICE-PRESIDÊNCIA DE FUNDOS DE GOVERNO E LOTERIAS. CIRCULAR Nº 642, DE 6 DE JANEIRO DE 2014. Disponível em: <http://www.esocial.gov.br/doc/Circular642CEF.pdf>. Acesso em: 07 de Agosto de 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Trabalho Domestico**: direitos e deveres: orientações. – 5ª ed. – Brasília: MTE, SIT, 2013. 36p. Acesso em: 30/01/2015

OLIVEIRA, Luis Martins et al. **Manual de Contabilidade tributaria**: textos e testes com respostas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Manual de Orientação do eSocial – Versão 1.1**. Portal do e-Social. Disponível em: <http://www.esocial.gov.br>. Acesso em: 08 de Agosto de 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas / Roberto Jarry Richardson; Colaboradores José Augusto de Souza Peres ...(et al.). – 3. Ed. – 14. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, João Marcelo. **Direito Tributário**. 8. ed. – Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2012.

RODRIGUES, Fábio João. **eSocial**: aspectos teóricos e práticos / Fábio João Rodrigues, Rogério Andrade Henriques, Glauco Marchezin. – 1. Ed. – SãoPaulo: IOB, Folhamatic, 2014.

SILVA FILHO, A. C. C et al (2012) **Convergência Contábil no Setor Público**: uma análise das percepções dos contadores dos contadores municipais do Estado da Paraíba sobre a implantação do sistema de custos. Revista do CCEI, v. 16, p. 137-156, 2012. Acesso em: 27 de Novembro de 2014.

## APÊNDICES

### APÊNDICE – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA  
ALUNO: ANTÔNIO JERÔNIMO DE SOUSA ALVES



#### Perfil do Respondente

**1. Gênero: \***

- Masculino
- Feminino

**2. Idade: \***

- Entre 18 e 25 anos
- Entre 26 e 30 anos
- Entre 31 e 35 anos
- Entre 36 e 40 anos
- Entre 41 e 50 anos
- Mais de 50 anos

**3. Quanto a sua formação: \***

- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós Doutorado

**4. A empresa em que você trabalha é: \***

- Um Escritório Individual
- Uma Sociedade
- Autônomo

**5. A quanto tempo vem atuando na área: \***

- A menos de 1 ano
- De 1 a 5 anos
- De 6 a 10 anos
- De 11 a 15 anos
- De 16 a 20 anos
- A mais de 20 anos

**6. Qual região do Estado da Paraíba está localizada sua empresa ou a empresa em que você trabalha? \***

- Litoral
- Agreste
- Borborema
- Sertão

**7. Quantos funcionários trabalham na organização? \***

- Não tenho funcionários
- De 1 a 3 funcionários
- De 4 a 10 funcionários
- De 11 a 20 funcionários
- De 21 a 50 funcionários
- De 51 a 100 funcionários
- Acima de 100 funcionários

**8. Qual é a quantidade de clientes que são atendidos por sua empresa? \***

- Até 5 clientes
- De 6 a 10 clientes
- De 11 a 20 clientes
- De 21 a 50 clientes
- De 51 a 100 clientes
- De 101 a 200 clientes
- Acima de 200 clientes

## Da percepção do e-Social pelos Profissionais da Contabilidade

### 9. Já ouviu falar no e-Social? \*

- Sim
- Não

### 10. Como ficou sabendo do e-Social? \*

- Através de palestra promovido pelo CRC-PB.
- Através do portal do e-Social.
- Através de revistas que trata de Contabilidade.
- Através de jornais.
- Através das mídias sociais.
- Não tenho conhecimento sobre o tema.

### 11. Quais os meios que você utiliza para obter informações sobre o e-Social? \*

- Site do e-Social, o [www.esocial.gov.br](http://www.esocial.gov.br)
- Fóruns na internet
- Participação em palestras
- Consultorias
- Participação em treinamentos
- Sites de empresas de Contabilidade
- Blogs
- Jornais
- Revistas
- Nenhum

### 12. Quando foi que você tomou conhecimento do e-Social pela primeira vez? \*

- Não sei do que se trata
- Há menos de 1 mês
- Mais de 1 mês a 3 meses
- Mais de 3 meses a 6 meses
- Mais de 6 meses a 1 ano
- Mais de 1 ano a 2 anos
- Mais de 2 anos
-

**13. De quantos eventos (palestra, cursos, treinamentos, seminários) você tem participado sobre o e-Social? \***

- Nenhum
- Somente 1 evento
- De 2 a 5 eventos
- De 6 a 10 eventos
- Mais de 10 eventos

**14. Na sua opinião, quem será mais beneficiado com a implantação do e-Social? \***

- Governo
- Empregados
- Produtores software
- Consultorias de recursos humanos
- Consultorias tributárias/fiscais
- Consultorias de software
- Empregadores
- Consultorias jurídicas
- Contadores
- Sindicatos

**15. Quais foram às entidades que promoveram os eventos (palestras, cursos, treinamentos, seminários) que você já participou sobre o e-Social?**

Caso não tenha participado de nenhum evento, avance para próxima pergunta.

- Conselho Regional de Contabilidade
- Sindicato de Profissionais da Contabilidade
- Receita Federal do Brasil
- Federação da Indústria
- Ministério do Trabalho
- Conselho Federal de Contabilidade
- Empresa produtora de software
- Associação Comercial
- Fecomércio
- Minha própria organização

**16. Com as informações que você tem até agora sobre o e-Social, você se sente: \***

	Inapto	Pouco apto	Indiferente	Apto	Mais que apto
Preparado para planejar as mudanças necessárias a implantação do e-Social.	<input type="checkbox"/>				
Preparado para explicar aos diretores /empresários os impactos do e-Social na empresa.	<input type="checkbox"/>				
Preparado para preencher os dados das empresas e enviar-los ao e-Social.	<input type="checkbox"/>				
Compreende a importância do e-Social para o empregado doméstico.	<input type="checkbox"/>				

**17. Quais as maiores dificuldades para adequação ao e-Social por parte das organizações? \***

- Sensibilizar os gestores e empresários.
- Adequar os procedimentos e processos internos.
- Cumprir os prazos.
- Adequar o sistema da organização.
- Obter informações técnicas oficiais.
- Utilizar o sistema através do portal oficial.
- Entender o leiaute dos arquivos.
- Cumprir a legislação em vigor.
- Adequar a segurança da informação.
- Não há dificuldade alguma.

**18. Você tem-se reunido com as empresas para as quais presta serviços e realizado alguma assessoria para tratar do e-Social e discutir os investimentos que precisam ser feitos pela empresa para se adaptar ao e-Social? \***

Caso sua resposta para este item seja "Sim", marque-a e avance para a questão 20.

- Sim
- Não

**19. Se Você respondeu "Não", qual das alternativas abaixo justifica sua resposta.**

- Ainda não tive interesse em reunir com as empresas para discutir sobre o assunto.
- O volume de atividades no escritório tem dificultado a realização de reuniões com as empresas.
- Não tenho reunido as empresas, pois, trabalho apenas com micro e pequenas empresas, estas não necessitam fazer muitos investimentos como as demais empresas de porte maiores para adapta-se a este sistema e ainda não tenho conhecimento suficiente sobre o e-Social.
- Ainda não detenho conhecimento suficiente sobre este novo sistema de escrituração, mas estou buscando conhecimentos a respeito da temática e só depois irei reunir-me com as empresas para discutir o assunto, seus efeitos e que investimentos necessitam fazer para adaptarem ao e-Social.

**20. Na questão abaixo, avalie os eventos e enumere-os conforme o grau de dificuldade encontrado ao serem registrados no e-Social. Assinale-os como: muito difícil; difícil; indiferente; fácil; muito fácil. \***

	Muito difícil	Difícil	Indiferente	Fácil	Muito fácil
Atestado de Saúde Ocupacional - ASO (Afastamento ocupacional)	<input type="checkbox"/>				
Comunicação de Acidente de trabalho – CAT.	<input type="checkbox"/>				
Admissão de empregado.	<input type="checkbox"/>				
Serviços tomados (cessão de mão de obra ou empreitada)	<input type="checkbox"/>				
Serviços prestados (cessão de mão de obra)	<input type="checkbox"/>				
Desoneração	<input type="checkbox"/>				

	Muito difícil	Difícil	Indiferente	Fácil	Muito fácil
Bases, retenção, dedução e contribuições	<input type="checkbox"/>				
Afastamento	<input type="checkbox"/>				
Trabalhador sem vínculo de emprego	<input type="checkbox"/>				
Alteração de dados cadastrais do trabalhador	<input type="checkbox"/>				
Condição diferenciada de trabalho	<input type="checkbox"/>				
Pagamentos diversos	<input type="checkbox"/>				
Serviços tomados de cooperativas	<input type="checkbox"/>				
Serviços prestados a cooperativas	<input type="checkbox"/>				
Aquisição de produtos rurais	<input type="checkbox"/>				
Aviso prévio	<input type="checkbox"/>				
Reintegração	<input type="checkbox"/>				
Desligamento	<input type="checkbox"/>				
Comercialização da produção rural	<input type="checkbox"/>				
Alteração de contrato de trabalho	<input type="checkbox"/>				
Receita de atividades concomitantes	<input type="checkbox"/>				
Estabilidade	<input type="checkbox"/>				
Remuneração do trabalhador	<input type="checkbox"/>				

## ANEXOS

Conforme o Manual de Orientação do eSocial – Versão 1.1, o e-Social é composto pelos eventos: iniciais, de tabelas, periódicos e não periódicos. Estes eventos estão dispostos nos seguintes leiautes abaixo.

Os eventos iniciais são compostos pelas Informações previstas nos seguintes leiautes:

S-1000 - Informações do Empregador/Contribuinte

S-1060 - Tabela de Estabelecimentos e Obras de Construção Civil

S-2100 – Cadastramento Inicial do Vínculo

Os eventos de tabela são compostos pelas informações previstas nos seguintes leiautes:

S-1010 - Tabela de Rubricas

S-1020 - Tabela de Lotações

S-1030 - Tabela de Cargos

S-1040 - Tabela de Funções

S-1050 - Tabela de Horários/Turnos de Trabalho

S-1070 - Tabela de Processos Administrativos / Judiciais

S-1080 - Tabela de Operadores Portuários

Os eventos não periódicos são compostos pelas informações previstas nos seguintes leiautes:

S-2200 - Admissão de Trabalhador

S-2220 - Alteração de Dados Cadastrais do Trabalhador

S-2240 - Alteração de Contrato de Trabalho

S-2260 - Comunicação de Acidente de Trabalho

S-2280 - Atestado de Saúde Ocupacional

S-2320 - Afastamento Temporário

S-2325 - Alteração de Motivo de Afastamento

S-2330 - Retorno de Afastamento Temporário

S-2340 - Estabilidade – Início

S-2345 - Estabilidade – Término

S-2360 - Condição Diferenciada de Trabalho – Início

S-2365 - Condição Diferenciada de Trabalho – Término

S-2400 - Aviso Prévio

S-2405 - Cancelamento de Aviso Prévio

S-2600 - Trabalhador Sem Vínculo de Emprego - Início

S-2620 - Trabalhador Sem Vínculo de Emprego - Alt. Contratual

S-2680 - Trabalhador Sem Vínculo de Emprego - Término

S-2800 - Desligamento

S-2820 - Reintegração

Os eventos periódicos são compostos pelas informações previstas nos seguintes leiautes:

S-1100 - Eventos Periódicos – Abertura

S-1200 - Eventos Periódicos – Remuneração do Trabalhador

S-1300 - Eventos Periódicos – Pagamentos Diversos

S-1310 - Eventos Periódicos – Serviços Tomados mediante Cessão de Mão de Obra

S-1320 - Eventos Periódicos – Serviços Prestados mediante Cessão de Mão de Obra

S-1330 - Eventos Periódicos – Serviços Tomados de Cooperativa de Trabalho

S-1340 - Eventos Periódicos – Serviços Prestados pela Cooperativa de Trabalho

S-1350 - Eventos Periódicos – Aquisição de Produção

S-1360 - Eventos Periódicos – Comercialização da Produção

S-1370 - Eventos Periódicos – Recursos Recebidos ou Repassados para Associação Desportiva que mantenha equipe de Futebol Profissional

S-1380 - Eventos Periódicos – Informações complementares – Desoneração

S-1390 - Eventos Periódicos – Receita de Atividades Concomitantes

S-1399 – Eventos Periódicos – Fechamento

S-1400 - Eventos Periódicos – Bases, Retenção, Deduções e Contribuições

S-1800 – Eventos Periódicos – Espetáculo Desportivo

Para exclusão de eventos transmitidos indevidamente, deverá ser transmitido arquivo no leiaute previsto em S-2900 – Exclusão de Eventos.